

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação Em Educação
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia



ALBERTO HENRIQUE DE SOUZA BORDALO

“AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA”?:
REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO
DIDÁTICO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS



Belém-Pará
2025

ALBERTO HENRIQUE DE SOUZA BORDALO

**“AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA”?:
REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO
DE ESTUDOS AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Do Perpetuo Socorro Gomes De Souza Avelino De França.

**Belém-Pará
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará**

B727m Bordalo, Alberto Henrique de Souza
"As Marcas da Amazônia Antiga": representações do povos
indígenas no livro didático de estudos amazônicos / Alberto Henrique de
Souza Bordalo. — Belém, 2025.
81 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza
Avelino de França

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) -
Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais
e Educação (CCSE), 2025.

1. Livros didáticos. 2. Povos indígenas. 3. Estudos amazônicos. I. Título.

CDD 22.ed. 370.890981

Elaborado por Priscila Melo CRB-2/1345

ALBERTO HENRIQUE DE SOUZA BORDALO

**“AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA”?: REPRESENTAÇÕES DOS
POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE ESTUDOS
AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Do Perpetuo Socorro Gomes De Souza Avelino De França.

Data da Aprovação: __/__/__. Banca Examinadora

_____ - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Do Perpetuo Socorro Gomes De Souza Avelino de França.
Universidade do Estado do Pará (UEPA).
PPGED-UEPA

_____ - Examinadora (Interna)

Prof^a. Dr^a. Lucélia de Moraes Braga Bassalo
Universidade do Estado do Pará (UEPA).
PPGED-UEPA

_____ - Examinadora (Interna)

Prof^a. Dr^a. Franciane Gama Lacerda
Universidade Federal do Pará (UFPA).
PPHIST-UFPA

_____ - Examinadora (Externa)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de reservar este espaço para agradecer a todas as pessoas que fizeram parte, que me incetivaram e que eu conheci nesta jornada do mestrado, além das que, mesmo de forma indireta, me ajudaram a manter o foco e me tranquilizaram nos momentos mais desafiadores.

Em destaque a minha mãe, Maria Francisca de Souza Bordalo, que sempre foi a minha maior incentivadora, amiga, apoiadora e até mesmo fã, mesmo sendo o meu maior idolo, me servindo sempre como o maior exemplo de que podemos trabalhar com o que amamos e com muito esforço ter sucesso em qualquer área e ao mesmo tempo contribuir para a sociedade de forma positiva, sem ela eu não seria nem professor, muito menos teria dado continuidade a minha vida academica, então atribuo em especial todo o conhecimento e pensamento crítico que pude desenvolver a ela.

Gostaria de agradecer também a minha irmã Tayana de Souza Bordalo, também professora universitária, por servir também como exemplo de perseverância e de esforço para com os estudos em geral.

À professora Socorro França, minha orientadora, por todo o suporte, os ensinamentos, a paciência, e até mesmo pela amizade, estando sempre disposta para ajudar e para orientar, e em conjunto a todo o GHEDA, o grupo fundado por ela e a professora Maria Betânia, que foram uma verdadeira familia durante estes anos, em especial Nalton Caminha, Jane Buecke, Mario Allan, Darlene Monteiro e Adriene Pimenta, por todos os momentos que foram fundamentais no meu crescimento como pesquisador na área da história da educação.

Logo gostaria de agradecer também aos meus irmãos de orientação, Carmen Sandiego e Wemerson Matos, que travaram esta batalha ao meu lado, sempre se ajudando, escrevendo juntos, passando por todos os obstáculos sem permitir que o outro desista.

Também agradecer a diversos amigos que fiz nesta caminhada, os meus colegas de sala e amigos da turma 18, em especial Welison, Jesyan, Luciene entre muitos outros que sempre foram super prestativos e me ajudaram a concluir todas as disciplinas, e as todas reuniões divertidissimas dessa turma tão alto astral e trabalhadora.

E em especial, a grande felicidade que tive em encontrar uma parceira não só

de estudos, mas para a vida toda, Michelly Fernandes, que diversas vezes me ajudou a manter e até mesmo puxou a minha orelha para ter a determinação de finalizar este trabalho.

Agradecer também a editora Samauma por me permitir realizar as visitas à sua editoria e por realizar este trabalho de análise dos seus livros didáticos.

E agradecer ao estado, governo e CAPES por me financiar durante este período, demonstrando a importância de se investir na educação e nos pesquisadores, que necessitam mais do que nunca de incentivos para continuarem contribuindo ativamente para a sociedade.

RESUMO

BORDALO, Alberto Henrique de Souza Bordalo. **“As Marcas da Amazônia Antiga”?**: representações dos povos indígenas no livro didático de estudos amazônicos. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém-PA, 2024.

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, na Linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia e no Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia, na Linha História das Instituições Educativas, Intelectuais e Impressos, tem como problema de investigação: como os povos indígenas são representados no livro *As Marcas da Amazonia Antiga* da disciplina de Estudos Amazônicos, publicado em Belém do Pará em 2011. E como objetivo geral analisar as representações dos povos indígenas no livro didático *As Marcas da Amazonia Antiga* da disciplina Estudos Amazônicos, e como específicos identificar os discursos e narrativas predominantes sobre os povos indígenas no livro didático, descrever e interpretar as representações visuais e iconográficas dos povos indígenas nas imagens, gráficos e ilustrações e examinar os conceitos pedagógicos e etimológicos empregados na representação dos povos indígenas no decorrer do corpo textual. Essa pesquisa documental se fundamenta na perspectiva da história cultural e tem como fonte e objeto de estudo o livro *As Marcas da Amazonia Antiga*, dos autores Luis Airoza, Leira Mourão e Stela Rodrigues Santana, publicado pela editora Samauma em 2011. Em 1987 foi criada no estado do Pará a disciplina de Estudos Amazônicos, com a função de suprir as necessidades locais de se trabalhar a história, as regionalidades e a educação ambiental de forma interdisciplinar. Com a implementação dessa disciplina em 1989 nas escolas estaduais surgiu necessidade de produção de um material didático para dar suporte a disciplina, e assim em 2011 a editora Samauma, publica a sua primeira coleção, de dois livros didáticos voltados para o 6º e 7º ano do ensino fundamental II. As análises dos conteúdos presentes neste livro demonstraram que os povos indígenas estão sendo representados nesses materiais didáticos através das suas marcas deixadas durante as suas trajetórias na região amazônica, e que diversas dessas marcas podem ser encontradas e estudadas atualmente, podendo ser reconhecidas através da leitura desses livros didáticos, apresentando detalhes sobre as suas ancestralidades, as culturas e sobre os locais onde vivem, porém ainda se torna necessário realizar uma reflexão sobre de que forma esses povos estão sendo tratados, ressaltando a importância das suas pluralidades, de se aprofundar no conteúdo relativo a esses povos, apresentando que existem algumas possibilidades para aperfeiçoar estes livros.

Palavras-Chave: Livros Didáticos; Povos Indígenas; Estudos Amazônicos.

ABSTRACT

BORDALO, Alberto Henrique de Souza Bordalo. **“The Marks of Ancient Amazonia”?**: representations of indigenous peoples in Amazonian studies textbooks. Dissertation (Master's in Education), State University of Pará – UEPA, Belém-PA, 2024.

This research, developed in the Postgraduate Program in Education of the State University of Pará, in the Cultural Knowledge and Education in the Amazon Line and in the History of Education in the Amazon Research Group, in the History of Educational, Intellectual and Printed Institutions Line, has as its research problem: how indigenous peoples are represented in the book *As Marcas da Amazonia Antiga* of the Amazon Studies discipline, published in Belém do Pará in 2011. And as a general objective to analyze the representations of indigenous peoples in the textbook *As Marcas da Amazonia Antiga* of the Amazon Studies discipline, and as specific objectives to identify the predominant discourses and narratives about indigenous peoples in the textbook, describe and interpret the visual and iconographic representations of indigenous peoples in the images, graphs and illustrations and examine the pedagogical and etymological concepts used in the representation of indigenous peoples throughout the textual body. This documentary research is based on the perspective of cultural history and has as its source and object of study the book *As Marcas da Amazonia Antiga*, by authors Luis Airoza, Leira Mourão and Stela Rodrigues Santana, published by Samauma in 2011. In 1987, the discipline of Amazonian Studies was created in the state of Pará, with the purpose of meeting the local needs of working on history, regionalities and environmental education in an interdisciplinary way. With the implementation of this discipline in 1989 in state schools, there was a need to produce teaching material to support the discipline, and so in 2011, Samauma publisher published its first collection of two textbooks aimed at the 6th and 7th grades of elementary school II. The analysis of the contents present in this book demonstrated that indigenous peoples are being represented in these teaching materials through the marks they left during their journeys in the Amazon region, and that several of these marks can be found and studied today, and can be recognized through reading these textbooks, presenting details about their ancestries, cultures and the places where they live. However, it is still necessary to reflect on how these peoples are being treated, highlighting the importance of their pluralities, of delving deeper into the content related to these peoples, showing that there are some possibilities to improve these books.

Keywords: Textbooks; Indigenous Peoples; Amazonian Studies.

RESUMEN

BORDALO, Alberto Henrique de Souza Bordalo. “¿Las huellas de la Amazonia antigua?”: representaciones de los pueblos indígenas en los libros de texto de estudios amazónicos. Tesis (Maestría en Educación), Universidad Estatal de Pará – UEPA, Belém-PA, 2024.

Esta investigación, desarrollada en el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Estatal de Pará, en la Línea Saberes Culturales y Educación en la Amazonía y en el Grupo de Investigación Historia de la Educación en la Amazonía, en la Línea Historia de las Instituciones Educativas, Intelectuales e Impresas. , tiene como problema de investigación: cómo los pueblos indígenas están representados en el libro Las Marcas de la Amazonia Antigua desde la disciplina de Estudios Amazónicos, publicado en Belém do Pará en 2011. Y como objetivo general analizar las representaciones de los pueblos indígenas en el libro de texto Como Marcas da Amazonia Antigua de la disciplina Estudios Amazónicos, y como específicas, identificar los discursos y narrativas predominantes sobre los pueblos indígenas en el libro de texto, describir e interpretar las representaciones visuales e iconográficas de los pueblos indígenas en las imágenes, gráficos e ilustraciones y examinar las propuestas pedagógicas. y conceptos etimológicos utilizados en la representación de los pueblos indígenas a lo largo del texto. Esta investigación documental se fundamenta en la perspectiva de la historia cultural y tiene como fuente y objeto de estudio el libro As Marcas da Amazonia Antiga, de los autores Luis Airoza, Leira Mourão y Stela Rodrigues Santana, publicado por Samauma en 2011. En 1987 fue creó en el estado de Pará la disciplina de Estudios Amazónicos, con la función de atender las necesidades locales de trabajar la historia, las regionalidades y la educación ambiental de forma interdisciplinaria. Con la implementación de esta disciplina en 1989 en las escuelas públicas, surgió la necesidad de producir material didáctico de apoyo a la disciplina, por lo que en 2011 la editorial Samauma publicó su primera colección de dos libros de texto dirigidos a los grados 6º y 7º de primaria II. . El análisis del contenido de este libro demostró que los pueblos indígenas están siendo representados en estos materiales didácticos a través de las huellas que dejaron durante sus viajes en la región amazónica, y que varias de estas huellas se pueden encontrar y estudiar hoy en día, y se pueden reconocer a través de leyendo estos libros de texto, presentando detalles sobre sus ancestros, culturas y los lugares donde viven, pero aún es necesario reflexionar sobre cómo se trata a estas personas, resaltando la importancia de sus pluralidades, para profundizar en el contenido relativo a estas personas. , demostrando que existen algunas posibilidades para mejorar estos libros.

Palabras clave: Libros de texto; Pueblos Indígenas; Estudios Amazónicos.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES..... | 18 |
| Quadro 2. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES..... | 19 |
| Quadro 3. Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA)..... | 20 |
| Quadro 4. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade do Estado Pará (UEPA)..... | 20 |
| Quadro 5. Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará..... | 21 |
| Quadro 6. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da UFPA..... | 22 |
| Quadro 7. Levantamento dos trabalhos encontrados (PPGED/UFAM) | 22 |
| Quadro 8. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados (PPGED/UFAM) | 23 |
| Quadro 9. Levantamento geral dos dados coletados nos repositórios..... | 23 |
| Quadro 10. Gráfico acerca do levantamento dos Trabalhos em Diferentes Repositórios..... | 24 |
| Quadro 11. Capítulos do livro..... | 41 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. Livros da coleção de estudos amazônicos da editora Samauma..... | 13 |
| Figura 2. Livro As Marcas da Amazônia Antiga da coleção estudos amazônicos..... | 13 |
| Figura 3. Capa do livro As Marcas da Amazônia Antiga..... | 40 |
| Figura 4. Sítios Arqueológicos na Amazônia..... | 45 |
| Figura 5. Tribo Indígena Xavante..... | 47 |
| Figura 6. Aldeia Demini do povo Yanomami..... | 48 |
| Figura 7. Fragmentos de Cerâmica..... | 50 |
| Figura 8. Manejo florestal indígena..... | 51 |
| Figura 9. Paisagem amazônica cultural..... | 52 |
| Figura 10. Curral para captura de Peixes..... | 54 |
| Figura 11. Caco de cerâmica de Taperinha..... | 56 |
| Figura 12. Geoglifo Circular/Geoglifo Decágono/Geoglifo Quadrado/Geoglifo Oval.. | 57 |
| Figura 13. Instrumentos..... | 58 |
| Figura 14. Fragmentos de cerâmica..... | 60 |
| Figura 15. Urnas funerárias..... | 61 |
| Figura 16. Trajetória do Sol segue a inclinação do bloco de rocha..... | 62 |
| Figura 17. Representação de Tesos e lagos..... | 63 |
| Figura 18. Representações de Cerâmica Marajoara / Cerâmica Marajoara..... | 64 |
| Figura 19. Representações de Cerâmica Marajoara / Cerâmica Marajoara..... | 64 |
| Figura 20. Representações de Cerâmica Marajoara / Cerâmica Marajoara..... | 66 |
| Figura 21. Pintura Rupestre-Serra da Lua / Pintura Rupestre-Serra da Paituma..... | 66 |
| Figura 22. Refletindo sobre Textos do livro As Marcas da Amazônia Antiga..... | 68 |
| Figura 23. Refletindo sobre o Presente do livro As Marcas da Amazônia Antiga..... | 69 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico do Pará

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático

MEC - Ministério da Educação

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

CEE - Conselho Estadual de Educação

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 – INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. PERCURSO METODOLÓGICO E REFERENCIAL TEÓRICO | 23 |
| 2.1 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE O OBJETO DE ESTUDO | 28 |
| 3.O LIVRO DIDÁTICO E A COLEÇÃO “ESTUDOS AMAZÔNICOS”: OS PRIMEIROS LIVROS. | 37 |
| 3.1 O contexto histórico e educacional nos livros didáticos (1930-1995)... | 37 |
| 3.2 O surgimento da disciplina Estudos Amazônicos | 43 |
| 4.OS POVOS INDÍGENAS E AS SUAS REPRESENTAÇÕES NO LIVRO “AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA” | 50 |
| 4.1 O Livro “As Marcas Da Amazônia Antiga” | 50 |
| 4.2 Capa - Livro As Marcas da Amazônia Antiga | 51 |
| 4.3 O corpo de texto do livro As Marcas da Amazônia Antiga..... | 52 |
| 4.4 Atividades | 74 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| Referências Bibliográficas | 81 |

1 – INTRODUÇÃO

Iniciando a minha vida acadêmica em 2014, ao ingressar no curso de licenciatura em História na Universidade da Amazônia (Unama), sempre possuí uma afinidade maior com as disciplinas voltadas para a área de licenciatura e educação, como didática, psicologia da aprendizagem, organização e legislação da educação brasileira e os estágios supervisionados, responsáveis por envolver a prática e os instrumentos pedagógicos com a historiografia.

Em 2015, em uma visita técnica supervisionada ao Arquivo Público do Estado do Pará, realizada pela respectiva universidade, na disciplina de historiografia amazônica, obtive o meu primeiro contato com documentos históricos e o seu processo de análise, e foi durante esta experiência que pude perceber que existem diversos tipos de documentos e diferentes formas de realizar as análises, abrindo uma gama de possibilidades para novas pesquisas utilizando fontes documentais não convencionais.

Frente a esta vivência, comecei a me interessar por objetos de pesquisa que estivessem mais imersos em sala de aula e no cotidiano dos alunos, pensando através dessas pesquisas de que forma poderia contribuir para que os alunos desenvolvessem um olhar mais crítico para os seus próprios livros.

Mediante esses interesses e através de diálogos com o meu orientador, empeciei a realizar pesquisas voltadas aos livros didáticos de história, reconhecendo estes como documentos históricos e como instrumentos pedagógicos, além de explorar a análise de conteúdo e de discurso, e foi com esse direcionamento que realizei o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para a análise dos conceitos utilizados nos livros didáticos atuais de história para tratar do golpe civil-militar de 1964. Para isto selecionei 4 livros didáticos que estavam sendo utilizados em sala de aula, segundo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nos anos de 2016, destinados ao 3º ano do ensino médio.

Ao realizar um processo comparativo entre as fontes selecionadas na pesquisa dos livros de história, pude analisar e apontar como existe uma certa disparidade entre os conteúdos utilizados nestes livros, como alguns empregavam o conceito ditadura militar e outros ditadura-civil militar, e a forma como este momento estava sendo apresentado, salientando a importância da escolha do livro para ser utilizado na escola, porém esta pesquisa também serviu para obter uma outra ótica

sobre estes livros, que são capazes de apresentar conceitos e discussões presentes na academia de forma que os alunos da educação básica possam ter acesso.

E foi através desta pesquisa que percebi a importância e os impactos que podem ser causados pelos livros didáticos em sala de aula, se não forem devidamente utilizados pelos professores e alunos, mas também a riqueza de possibilidades que estes profissionais podem retirar destas ferramentas para explorar junto aos seus alunos.

Segundo esta linha de pesquisa, a minha motivação para o trabalho surgiu durante um curso de aperfeiçoamento sobre questões étnico-raciais, durante uma aula ministrada pela Professora Wilma Coelho¹, em que tratamos sobre a ausência de representatividade dos negros e dos indígenas no meio escolar, principalmente nos materiais didáticos.

Diante de um relato de experiência de uma colega do curso, durante os anos iniciais da sua formação de sua filha, a mesma foi chamada a atenção por não estar realizando uma atividade solicitada pela professora, no qual foi requisitado que a criança desenhasse a sua própria imagem no livro, porém a criança não foi capaz de realizar tal ação, argumentando que não havia imagens de crianças negras nos seus livros escolares, e por isso a criança se sentiu intimidada e acreditou não ter a aparência necessária para fazer parte do livro, e por isso não conseguiu realizar a atividade.

Este relato me sensibilizou sobre o assunto, e com o auxílio de outras duas colegas pesquisadoras, desenvolvemos uma pesquisa sobre a presença do corpo negro nos livros didáticos de história, principalmente voltados para como a estética e a beleza do corpo negro era retratada, e de que forma isso se encontrava presente nos livros, que resultou em um capítulo de livro, publicado no ano de 2019, organizado

¹ Wilma de Nazaré Baía Coelho Doutora em Educação/UFRN. Professora da UFPA, desde 1994. Professora da Faculdade de História/IFCH, desde 2009. Doutora em Educação/UFRN. Integra o corpo docente da Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Programa em Educação em Ciências e Matemáticas e do Doutorado em Rede Educante. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-raciais (NEAB/GERA/UFPA).

por Wilma Coelho, Nicelma de Brito² e Carlos da Silva³, com título Escola básica e relações raciais.

Como resultado dessa pesquisa, testemunhamos como que, apesar das leis que reforçam a necessidade de se fazer presente a cultura e história negra nos livros didáticos de história, haveria uma presença escassa de imagens e figuras que se remetessem a negros e negras, e a maioria das imagens que pudemos analisar a questão da beleza e da estética negra eram imagens dos períodos de escravidão e de opressão, chamando a atenção para a necessidade de se tratar dessa temática.

Apesar de estar habituado a trabalhar com os livros didáticos da disciplina de História, foi durante a disciplina de estágio supervisionado de ensino I, na Escola Tenente Rego Barros em Belém, no ano de 2017, que obtive o meu primeiro contato com a disciplina Estudos Amazônicos, na qual um dos professores da disciplina de história que eu acompanhava estava lecionando.

Durante as aulas da disciplina, pude observar as dificuldades enfrentadas por esse professor, seja por uma falta de formação específica para trabalhar com a disciplina Estudos Amazônicos, como pela falta de material didático. Para ministrá-la o professor recorria aos livros de história, geografia e biologia.

Na disciplina de estágio supervisionado de ensino II, fui agraciado de acompanhar diversos professores de história na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFGPA), e através deste estágio, em 2016, conheci e participei do projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena, construído e posto em prática pela professora Antônia Brioso⁴ e o professor Daniel Barroso⁵.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pelo mesmo programa (2010). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2000). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais - GERA, da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Orientação Educacional, Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais.

³ Carlos Aldemir Farias da Silva é professor da Universidade Federal do Pará. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas do Instituto de Educação Matemática e Científica. Graduado em Ciências Sociais (Antropologia) e Mestre em Educação, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 1989), especialização em História da Amazônia (UNAMA, 2004) e mestrado profissional em História (UFPA, 2018). É professora de História da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFGPA) desde 1996, onde coordena o projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena (2011 - atual).

⁵ Professor de História da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é Coordenador-Geral da Assessoria do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (AEBTT) dessa universidade. Possui graduação e mestrado em História, ambos realizados na UFPA, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

O projeto Cartografia é um projeto de iniciação científica e intervenção pedagógica que trilha pela interdisciplinaridade, visando trabalhar as temáticas dos povos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de compreender a constituição do povo brasileiro com base na matriz indígena e africana, formando alunos que superem a visão estereotipada e assimétrica da sociedade brasileira, desnaturalizando as diferenças sociais e étnicas (Brioso, 2018).

Por intermédio dessa experiência e por observar a vontade e o empenho dos professores e dos alunos na realização do projeto, sensibilizei-me a conhecer mais sobre essas temáticas, e principalmente como este projeto encontrou formas de realizar uma metodologia ativa, busquei através desta pesquisa contribuir de forma direta à prática dessa disciplina em sala de aula.

Nos momentos iniciais do meu projeto de dissertação, eu pretendia realizar pesquisa com livros didáticos de história e estudos amazônicos, voltados para a temática da história e cultura paraense, com o recorte histórico no período da Cabanagem, entretanto, depois de diálogos com a minha orientadora e de reflexões sobre o tema, optei por realizar a pesquisa sobre o livro didático *As Marcas da Amazônia Antiga*, de estudos amazônicos, da editora Samauma, voltados para o sexto ano do ensino fundamental II, buscando compreender de que forma as representações dos povos indígenas está presente nos discursos e na estrutura neste livro.

Adilson Britto (2021), ao realizar uma pesquisa de campo nas escolas estaduais paraenses, no ensino fundamental II, sobre as percepções dos alunos referentes ao conteúdo de história direcionado à história local, percebeu que determinados assuntos dessa história são desconhecidos pela maior parte dos alunos entrevistados, e o autor conclui através desses dados que a história e a cultura paraense parecem ser desvalorizadas. Há um silêncio sobre a história local, e por consequência uma forma de esquecimento, nas escolas paraenses, pela falta de representatividade e dos conteúdos regionais nos exames nacionais, que servem como a culminação dos estudos escolares.

Destarte, se isso ocorre com a disciplina de história, imagine a situação da disciplina de Estudos Amazônicos, que além de só compor os currículos do ensino fundamental II, nem sequer faz-se presente em exames nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Segundo Alain Choppin (2002), o interesse na pesquisa histórica sobre os livros didáticos é relativamente recente, tendo encontrado um grande avanço nas últimas décadas do século XXI, mas enfrentou diversos obstáculos que freavam os avanços desse campo, por terem sido considerados banais, simplificados, influenciáveis pelo mercado, massificados e suscetíveis a diversas mudanças diante da transição de governos ou de metodologias aplicadas naquele sistema de ensino.

Como os manuais aparecem essencialmente como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos, o interesse que lhe foi dado, de início, pela comunidade científica foi de ordem política e humanista: desde o fim do século XIX, um certo número de historiadores esforçaram-se em denunciar nos livros de classe contemporâneos, os pré-julgamentos nacionais e os estereótipos susceptíveis de despertar, conservar ou reativar os sentimentos de hostilidade entre os povos. (Choppin, 2002, p.10)

Ainda na linha de pensamento desse autor, diversas pesquisas nortearam-se em realizar a análise dos discursos, conteúdos, imagens e todos os elementos que juntos formam os livros, principalmente de ordem humanista, com o intuito de revisar estereótipos e pensamentos conservadores.

Entretanto para realizar essas análises, requer uma atenção minuciosa, para não cometer interpretações mal fundadas, Conforme Choppin (2002), o livro didático é dotado de múltiplas funções, o que significa que através dele se torna possível o acesso a uma grande gama de informações referentes ao conteúdo ali reproduzido, as metodologias pedagógicas que foram utilizadas para a produção do material, além de ser instituído na maioria das vezes de diversos valores, sejam estes valores morais, religiosos ou políticos.

Entre essas funções mencionadas, Choppin (2004) chama a atenção para quatro funções essenciais que são sujeitas ao seu tempo e espaço, como instrumentos pedagógicos, e essas são: a função referencial, a função instrumental, a função ideológica e cultural e a função documental.

A função referencial se trata da tradução fiel aos conteúdos desejados por determinada sociedade para serem implementados naquele livro, isto é, sem incitar a produção ou crítica à aquele documento, a função instrumental visa métodos de aprendizagem, favorece o aluno a adquirir habilidades e competências, métodos de análise, resolução de problemas e memorização de conhecimentos (Choppin,2004, p.553).

Já a função ideológica e cultural tem como papel a construção de uma identidade, tem um papel político, através da aculturação ou doutrinação para de forma sistemática moldar os jovens, e a última e mais recente se trata da função documental, se trata de uma produção que induz o professor e ao aluno a produzir o seu próprio conhecimento através de um conjunto de documentos textuais ou iconográficos, incentivando o caráter científico no aluno, visando a autonomia e capacidade de reflexão dos docentes (Choppin, 2004, p.553).

Ainda conforme o autor, quando se trata das análises de conteúdo desses livros foi marcada historicamente por duas grandes tendências, a primeira sendo a crítica ideológica e cultural dos livros didáticos, e a segunda tendência “[...] mais recente, mas que tem sido cada vez mais considerada desde o final dos anos 1970, analisa o conteúdo dos livros didáticos segundo uma perspectiva epistemológica ou propriamente didática.” (Choppin, 2004, p.555), considerando a sua função como instrumento pedagógico de ensino.

[...] Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados [...] (Choppin, 2004, p.557).

Neste parágrafo Alain Choppin (2004) nos chama atenção para a importância de se conhecer os autores desses livros e como estes são impactados pelo seu meio social, pois também são agentes do seu tempo, e como esses conteúdos selecionados podem ser apresentados e o alcance que esses podem atingir na construção desse conhecimento e até mesmo na questão moral e ética dos alunos.

Com a contribuição de Magda Soares, “O que tem faltado entre nós é um olhar sobre o livro didático...um olhar que busque uma perspectiva sócio-histórica do livro didático.” (1996, p.53-54), pretendo buscar nesse livro didático esse olhar na perspectiva sócio-histórica, buscando responder questões como: Quais foram as motivações que provocaram a criação desse livro didático? Quais os seus objetivos? Como os indígenas estão sendo representados na Amazônia Brasileira? Que estratégias e metodologias foram selecionadas para produzir esse material? Por que foram escolhidas determinadas iconografias para representar esses povos?

Os livros didáticos, diante das pesquisas de André Salles (2011), representam a maior fonte lucrativa de todo o setor editorial brasileiro, e isto causa uma grande gama de atribuições e aperfeiçoamentos a este produto, que segue a linha de raciocínio capitalista, promovendo cada vez mais uma ideologia de aperfeiçoamento destes livros, para enfrentar o grande mercado que está presente neste setor, mercado este que deve encontrar-se em meio à disputa com editoras maiores e mais influentes (Munakata, 1998).

Segundo Circe Bittencourt (1993), a leitura dos livros didáticos como fontes deve ser mantida de forma contínua e frequente, porque assim como outras fontes históricas, está sujeita a uma grande diversidade de interpretações, a leitura nunca é única, permitindo que diferentes olhares de pesquisa resultem em diferentes conclusões, sem cometer o equívoco de considerar uma conclusão fechada sobre essas produções.

Como já apontado anteriormente, o livro selecionado intitula-se *As Marcas da Amazonia Antiga*, o primeiro livro da coleção de livros didáticos “Estudos Amazônicos”, da editora Samaúma, localizada na rua Antônio Barreto, composto de quatro volumes, destinada a todos os anos que compõe o ensino fundamental II, produzidos pelos autores Luis Airoza, Leila Mourão e Stela Santana, de 2010 ao anos atuais.

Em 2023, realizei diversas visitas a editora Samauma, durante estas visitas fui informado que, apesar dos livros didáticos comuns (das disciplinas regulares) precisarem ser reformulados e trocados em um determinado espaço de tempo, os livros de estudos amazônicos só necessitam de um processo de reavaliação e adaptações, por isso encontram-se ainda nas primeiras edições, passando apenas pelo processo de reimpressão.

Um importante passo para se trabalhar com o livro didático é buscar identificar estes autores que os produziram, no qual se tratava de dois professores e uma socióloga, em parceria com o editor chefe Álvaro Jinkings, editor da Samauma editorial e filho do famoso livreiro Raimundo Jinkings, criador da livraria Jinkings e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O editor Alvaro Jinkings, fundou a Editora Amazônia em 1999, com o objetivo de produzir livros voltados para a Amazônia e o estado do Pará, retratando a sua diversidade e riquezas, além de fundar também, em 2013, a Editora Samauma, no

mesmo local que a editora Amazônia, porém mais voltado para a preservação da identidade do homem amazônico (Assunção, 2015).

O professor Luis Airoza, primeiro autor do livro, é professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) desde 2001. Graduiu-se em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde também adquiriu o título de Mestrado em História Social da Amazônia. Possui o título de Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é autor do livro “Cidade das Mangueiras: aclimatação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)”, e possui experiência docente na Educação Básica e no Ensino Superior em instituições públicas e privadas. Atualmente é Professor Substituto da Universidade Federal do Pará (UFPA) (Lattes, 2024).

A professora Leira Mourão possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1975), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1985) e doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental pela Universidade Federal do Pará (1999). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cidade, Amazônia, lugar e territorialidade, gênero, legislação, direitos, conquistas, desafios, agricultura, mulheres, história, Amazônia, desenvolvimento, natureza e cidade, representações, urbanização e Direitos Humanos e Cidadania (Lattes, 2024).

A socióloga Stela Rodrigues Santana é socióloga formada pela Universidade Federal do Pará, onde desenvolveu atividades de pesquisa como bolsista de Iniciação Científica. Possui Aperfeiçoamento em agricultura familiar e desenvolvimento agro-ambiental da Amazônia. Atualmente desenvolve atividades de consultoria a projetos relacionados a formação de professores da Educação Básica (Lattes, 2024).

Segundo os autores Mourão, Airoza e Santana (2013), desde o surgimento da disciplina Estudos Amazônicos em 1990, duas décadas se passaram sem haver um livro didático próprio para a disciplina, isto é, os professores da disciplina deveriam buscar, pesquisar, e utilizar de recortes dos livros de outras disciplinas como história e geografia para poderem cumprir as necessidades da disciplina.

Além dessa falta de um livro didático específico (antes de 2010), a disciplina também é regida de forma volátil, mediante o fato de que, segundo a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), não existe um professor em especial para esta disciplina, os professores podem ter formação em diversas áreas como história,

geografia e sociologia, além de que cada município pode decidir quais os critérios para a seleção desses professores, e por meio da escolha do professor, também seria decidido o conteúdo a ser trabalhado (Mourão; Airoza; Santana; 2013, 2-3).

Por consequência, ainda segundo Mourão, Airoza e Santana, essa falta de padronização da disciplina tornava por prejudicar muitas vezes o seu papel, que tem como objetivo “conhecer a região amazônica refletindo sobre seus aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.” (Mourão; Airoza; Santana, 2013, p. 4).

E é em frente a esta necessidade que surge entre os anos de 2011 e 2012 novas coleções de livros didáticos e paradidáticos que tem como objetivo cumprir essa função da disciplina, no ensino fundamental II, produzidas por três editoras, a Editora Samauma, a Editora Estudos Amazônicos e a Paka-Tatu, que produziram estes livros especificadamente para a disciplina, sendo fundamentais para auxiliar os professores e contribuir para uma construção de identidade amazônica.

Mediante a escassez de trabalhos na área e a necessidade de ampliar os estudos sobre os livros didáticos, decidi investigar o livro didático produzido e voltado especificadamente para a disciplina e Estudos Amazônicos, buscando analisar o seu contexto histórico de sua produção, as representações indígenas nos seus discursos, conceitos e imagens. Diante das dificuldades enfrentadas pela disciplina de Estudos Amazônicos, e em especial o livro didático, esta pesquisa almeja responder à pergunta: como os povos indígenas são representados no livro *As Marcas da Amazonia Antiga* de estudos amazônicos?

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as representações dos povos indígenas presentes no livro didático *As Marcas da Amazonia Antiga* da disciplina Estudos Amazônicos.

Têm como objetivos específicos:

- a) Identificar os discursos e narrativas predominantes sobre os povos indígenas no livro didático.
- b) Descrever e interpretar representações visuais e iconográficas dos povos indígenas no livro através das imagens, gráficos e ilustrações.
- c) Examinar os conceitos pedagógicos e etimológicos empregados na representação dos povos indígenas no decorrer do corpo textual.

Esta dissertação compreende quatro seções: Na primeira seção (Introdução), abordo os interesses pela pesquisa, autores e reflexões sobre a temática, a problemática e os objetivos gerais e específicos da dissertação.

Na segunda seção (Percurso metodológico e referencial teórico) apresento os métodos utilizados na pesquisa, os referenciais teóricos utilizados para o embasamento desta pesquisa e um levantamento no banco de dados da CAPES e dos programas de pós-graduação em educação em toda a região norte do país, para conhecer o que já foi produzido sobre o objeto de estudo.

Na terceira seção (O livro didático e a coleção “Estudos Amazônicos”: O processo histórico e o surgimento dos primeiros livros) realizo uma contextualização do processo histórico por trás dos livros didáticos e em especial dos livros didáticos de Estudos Amazônicos, além do processo de criação da editora Samauma e dos primeiros livros didáticos voltados para a disciplina.

Na quarta seção (Os povos indígenas e as suas representações no livro “As Marcas da Amazônia Antiga”) apresento a materialidade desse livro, a sua composição, realizo uma análise sobre os conceitos ali empregados, as imagens selecionadas, as atividades trabalhadas e como os povos indígenas estão sendo representados.

2. PERCURSO METODOLÓGICO E REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa é de natureza documental, de abordagem qualitativa e tem como perspectiva para a análise dos dados a história cultural.

Para Severino (2007, p.107), a pesquisa documental é uma pesquisa que não se concentra apenas em documentos impressos, podendo variar entre escritos, filmagens, fotos, entre outros. O objeto de estudo é tratado como uma “[...] matéria prima, a partir do qual o pesquisador pretende desenvolver a sua investigação de análise”, nessa concepção o autor traz a ideia de que existem diferentes formas de se analisar o objeto, mesmo que tenha sido construído sobre um olhar ou uma vertente, existem outras formas de ser tratado.

O livro didático, objeto de análise desse estudo, será considerado em todas as suas vertentes de conhecimento, levando em consideração o contexto social em que foi produzido, os seus agentes, contribuindo para compreender as representações presentes nos discursos apresentados.

“As palavras não podem ser interpretadas fora do contexto em que foram produzidas, pois as imprecisões do documento retratam os interesses de quem o produziu.” (Rodrigues e França, 2010, p.62), as autoras ressaltam que ao se realizar uma pesquisa documental, quaisquer detalhes são de suma importância para realizar a sua análise, pois os documentos são produções do seu próprio tempo e espaço. Neles estão presentes os interesses dos sujeitos que os escreve, e é através dos seus discursos que podemos perceber as suas intencionalidades.

Conforme Minayo (2002, p.21-22), a pesquisa qualitativa trabalha com um “universo de significados”, que “não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”, isto é, essas pesquisas têm como característica a valorização do processo de análise, não se limitando apenas a números ou estatísticas, se aprofundando nos processos, corroborando a proposta de análise destes discursos.

Ainda segundo a autora, os pesquisadores que utilizam esse tipo de pesquisa buscam compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais presentes nos objetos e nos dados adquiridos, trabalhando todos os aspectos das estruturas e das instituições pesquisadas, considerando que são resultados da ação humana, por sua vez imbuída de intenções.

O objeto dessa pesquisa, o livro “As Marcas da Amazônia Antiga, possui 120 páginas, e é dividido em 8 capítulos, e segundo os autores do livro, “trata das marcas

deixadas pelos povos que habitaram nossa região em um passado distante. Um passado que soma 11 mil anos.”, com um trabalho, ainda segundo os autores, focado na interculturalidade, especialmente na região amazônica pré colonização europeia (Airoza, Mourão, Santana, 2010).

No processo de busca por este livro didático, encontrei três distintas coleções nas editoras Estudos Amazônicos, Paka-Tatu e Samauma, que são as únicas produtoras destes livros didáticos no estado, e através da solicitação, obtive um fácil acesso aos livros, tendo as editoras disponibilizado-os para estudo.

A editora Estudos Amazônicos disponibiliza de uma coleção de quatro livros, intitulada Coleção Estudos Amazônicos, voltada para o ensino fundamental II, lançada em 2012, e juntamente com a coleção da editora Samauma, são consideradas pioneiras na produção de livros didáticos voltados para cada ano do ensino fundamental II, com a intenção de auxiliar e nortear alunos e professores sobre a temática.

De forma similar, nos anos de 2010, a editora Paka-Tatu já havia lançado dois livros com essa mesma intenção, o livro Estudos Amazônicos (Ensino Fundamental / 6º ao 9º Ano) e o livro Estudos Amazônicos para o Ensino Médio, ambos de autoria do pesquisador de livros didáticos Tiese Teixeira Júnior.

Porém, diferentemente das editoras supracitadas, não foi uma coleção voltada para a distribuição em sala de aula, e nem mesmo direcionada para cada ano do ensino fundamental, por consequência são considerados livros paradidáticos que servem para auxiliar o professor no processo de formação de aulas e escolha de conteúdo para ser trabalhado.

A intenção de realizar um recorte e tornar a pesquisa mais direcionada, optei por selecionar apenas uma das editoras, a editora Samauma, e um dos livros presente em sua coleção de livros, após analisar os tópicos, imagens e conceitos utilizados em cada coleção disponibilizada.

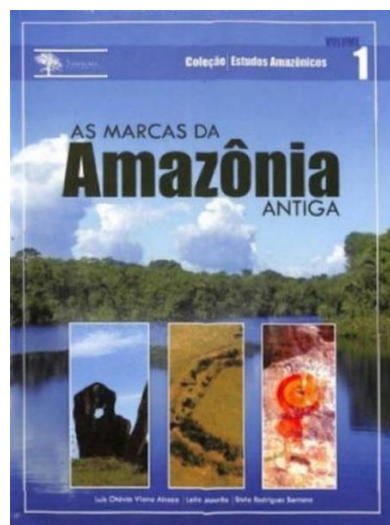
Decidi selecionar esta coleção e este livro em específico por se tratar de uma das primeiras coleções a serem produzidas para a disciplina por editoras locais, e por ter um conteúdo que dialoga com a interdisciplinaridade crítica e por apresentar diversos termos e conceitos utilizados em nível acadêmico, como saberes e múltiplas culturas, o que me chamou a atenção para a possibilidade de trabalhar esses conhecimentos a nível de ensino fundamental, fugindo daquele roteiro clássico dos conteúdos trabalhados nesse nível básico de educação.

Figura 1. Livros da coleção de estudos amazônicos da editora Samauma



Fonte: Editora Samauma (2012)

Figura 2. Livro As Marcas da Amazônia Antiga da coleção estudos amazônicos



Fonte: Editora Samauma (2012)

Para realizar esta pesquisa, utilizo da análise de discurso, que como apresenta Eni P. Orlandi:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (Orlandi, 2003, p.15).

A análise do discurso foi escolhida com o intuito de compreender essa linguagem presente no livro didático selecionado, e através dela perceber que permanências e que transformações estão presentes nos discursos ali empregados, levando sempre em consideração o contexto social em que foi produzido.

Esta análise não se prende apenas em compreender o que texto apresenta, mas, também sua materialidade simbólica. Neste processo o pesquisador deve interpretar os discursos que o atravessam. Para (Orlandi, 2003, p.15):

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólica, pois eles intervêm no real sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos da interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (Orlandi, 2003, p.26).

Para Orlandi (2003) se torna importante reconhecer a complexidade dos discursos encontrados nestes documentos não apenas nos seus textos, mas nas iconografias, na sua capa e contracapa, entre outros símbolos ali presentes, sem presumir que existe apenas uma forma correta e exata de lhes interpretar, abrindo um leque de possibilidades de compreensões.

Mediante isso, pergunta-se, mas quem insere esses discursos nos livros didáticos? Segundo o autor Roger Chartier, há diversos fatores na construção desses livros, seja do autor e editora, seja do contexto social ou político, até mesmo as necessidades que precisam ser preenchidas ou de quem vai estar lendo, “[...] não há compreensão de um inscrito, qualquer que seja, que não dependa das formas de alcançar ao seu leitor” (1993, p.46).

Nesse sentido, Roger Chartier explica: “[...] o autor, o comentarista e o editor sempre pensam que o leitor pode ser submetido a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada” (Chartier, 1993, p.42). Através dessa contribuição podemos ter uma ideia da forma no qual esses livros são utilizados nas salas de aula no Brasil, apesar da grande gama de interpretações possíveis, cabe ao professor que utiliza esses livros a responsabilidade de conduzir a forma na qual essa informação será disponibilizada, porém alguns profissionais da educação não dão a atenção devida, ou estão cientes e dispostos a possibilitar aos seus alunos a

oportunidade de produzir conhecimento através dos livros disponíveis, tornando necessário não só o aperfeiçoamento dos livros didáticos, mas como a conscientização e formação dos profissionais que compõe essa comunicação.

Esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva da História Cultural para auxiliar no processo de análise do livro como documento, que segundo Roger Chartier, a história cultural auxilia no processo de identificação das construções de determinadas realidades sociais, das formas e modos como essas interagem entre si e entre os objetos (Chartier, 1990).

Por meio dessa perspectivavia busco trabalhar as representações dos povos indígenas no livro didático *As Marcas da Amazônia Antiga*, através das imagens, símbolos e de representações sociais ali presentes, que segundo Chartier é um dos conceitos fundamentais nessa abordagem (Chartier, 1990).

A história cultural visa analisar nesses textos a sua complexidade, a sua multiplicidade, as suas práticas e todo o processo que compõe as construções presentes em suas representações, no qual é o universo em que se insere os livro didático escolhido para análise, é rico em conteúdos, discursos e representações sobre a região amazônica (Chartier, 1990).

Para tratar do livro didático como fonte e objeto desse estudo torna-se importante reconhecer a importância do processo de sua construção. Para Darnton, se trata de um processo de comunicação extremamente complexo: “Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor.” (Darnton, 2010, p.111).

Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores, eles formam noções de gênero e estilo, além de uma idéia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos, quer estejam escrevendo sonetos shakespearianos ou instruções para montar um kit de rádio. Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento. A história do livro se interessa por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante (Darnton 2010, p.111).

Destarte, como indica o autor de forma bastante clara e abrangente, há um processo muito rico na análise no estudo do livro didático, o que torna o processo rigoroso, requerendo um olhar atento para os diversos detalhes que apresenta.

Ainda com o intuito de frisar esse processo de análise, Darnton aponta:

É uma grande empreita. Para manter suas tarefas dentro de proporções exequíveis, os historiadores do livro geralmente recortam um segmento do circuito de comunicações e analisam-no segundo os procedimentos de uma única disciplina – a impressão, por exemplo, que estudam através da bibliografia analítica. Mas as partes não adquirem seu significado completo enquanto não são relacionadas com o todo, e, se a história do livro não pretende se fragmentar em especializações esotéricas isoladas entre si por técnicas misteriosas e incompreensões mútuas, parece necessária alguma visão holística do livro como meio de comunicação (Darnton, 2010, p.111).

Em seu artigo “O que é a história do livro” (título original “what is the history of books”), o autor e especialista em história do livro Robert Darnton discorre sobre alguns diagramas que lhe foram enviados, estes diagramas foram utilizados como ferramentas para a análise de livros, e entre estes diagramas o autor decidiu destacar o dos autores Thomas R. Adams e Nicholas Baker, de título “A new model for the study of the book” publicado por Nicholas Baker em 1993 (Darnton, 2008, p 163).

Neste diagrama os autores trazem o termo “sobrevivência”, alvo de interesse para Darnton, por trabalharem a ideia de que os livros, principalmente na era da tecnologia, enfrentam diversos novos obstáculos que podem tornar-los obsoletos, como a internet, os blogs, ou até mesmo a falta da prática de leitura da próxima geração, e estes livros utilizam como ferramenta de sobrevivência as reedições, revisões e etc (Darnton, 2008).

Uma das técnicas citadas neste diagrama analisado por Darnton seria a xerox, muito utilizadas pelos professores na disciplina de Estudos Amazônicos, justamente para preencher as necessidades que causadas pela falta de livros, e com o intuito de fornecer aos alunos esses conteúdos de forma escrita.

2.1 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Para se conhecer o que já foi produzido sobre os livros didáticos de estudos amazônicos, foi realizado, em 2024, um levantamento dos trabalhos nos seguintes repositórios: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BDTD/CAPES), repositórios de dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA), e bancos de teses das universidades

federais da região Norte, como UNIFAP, UFRR, UNIR, UFAC, UFT e UFAM. Os descritores utilizados foram: "livros didáticos de estudos amazônicos", "representações dos indígenas" e "disciplina de Estudos Amazônicos".

Ao empregar o descritor "Disciplina de Estudos Amazônicos", encontrei 158 resultados, divididos entre 52 teses de doutorado, 36 dissertações de mestrado, sendo 130 da área multidisciplinar, 13 de ciências humanas e 9 de ciências sociais aplicadas.

Porém, ao aprofundar o levantamento encontrei apenas 2 dissertações que se aproximavam da minha temática, a primeira "Contando a História do Pará: A disciplina 'Estudos Amazônicos' e os livros didáticos (1990-2000)", de Davison Hugo Rocha Alves, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e "A disciplina de Estudos Amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental: uma experiência no município de Marabá-PA", de Gabriel Renan Neves Barros, apresentada em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

A pesquisa do Davison Alves se dedicou a compreender os caminhos percorridos pelo ensino de história da Amazônia através da disciplina Estudos Amazônicos, e o processo de seleção dos conteúdos para serem utilizados nestes livros, além de compreender como os autores e professores que construíram estes livros realizaram críticas ao ensino de história tradicional, e de que forma eram tratados os eventos regionais do estado do Pará.

Na pesquisa de Gabriel Barros, o autor analisa o processo de formação de professores na disciplina de Estudos Amazônicos, realizando uma investigação sobre o processo de surgimento dessa disciplina com o objetivo de identificar o perfil dos profissionais que lecionam, além de suas percepções sobre os conteúdos ali trabalhados e as metodologias utilizadas, principalmente as relacionadas a questão socioambiental, que é um dos objetivos fundamentais da disciplina, e que segundo os resultados da pesquisa infelizmente não se atinge com o sucesso esperado, e o objetivo principal da sua pesquisa sendo "investigamos a contribuição da formação de professores que ministram essa disciplina de Estudos Amazônicos para os discentes de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no município de Marabá-PA".

Utilizando o descritor "representações dos indígenas", encontrei apenas um trabalho voltado para os povos indígenas no livro didático como objeto de análise,

intitulado “Negros e indígenas nos livros didáticos: das lutas à obrigatoriedade – um estudo sobre o material do sistema positivo de ensino” de Welington Ernane Porfírio, apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como o título indica, os pesquisadores realizam análises sobre a temática dos negros e indígenas, mas nenhuma dissertação ou tese que trate dessas análises nos livros didáticos de Estudos Amazônicos.

Outro descritor utilizado foi o de “Livros didáticos de Estudos Amazônicos”, com o intuito de encontrar mais pesquisas que tenham como foco os livros didáticos, porém infelizmente nenhuma pesquisa relacionada ao meu objeto de estudo foi encontrada com este descritor.

Abaixo, apresenta-se o que foi identificado a partir do levantamento de dados:

Quadro 1. Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

| Catálogo de Teses e Dissertações CAPES | |
|--|------------------------|
| Descritores | Nº de trabalhos |
| Disciplina Estudos Amazônicos | 2 |
| Representações dos indígenas | 1 |
| Livros didáticos de Estudos Amazônicos | 0 |
| Quantidade de trabalhos relacionados à pesquisa: | 3 |

Fonte: Capes (2023)

Quadro 2. Trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

| ANO | DOCUMENTO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|------------|------------------|--|----------------------------|--|
| 2016 | Dissertação | Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos (1990-2000) | Davison Hugo Rocha Alves | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| 2016 | Dissertação | A disciplina de Estudos Amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental: uma | Gabriel Renan Neves Barros | Universidade Presbiteriana Mackenzie |

| | | | | |
|------|-------------|---|--------------------------|-------------------------------------|
| | | experiência no município de Marabá-PA | | |
| 2015 | Dissertação | Negros e indígenas nos livros didáticos: das lutas à obrigatoriedade – um estudo sobre o material do sistema positivo de ensino | Waldnely Gusmao Da Silva | Universidade Federal do Mato Grosso |

Fonte: Capes (2023)

Nota-se que, apesar de dois desses trabalhos terem sido realizados sobre temáticas localizadas na região norte do Brasil, todos os trabalhos apresentados acima foram realizados em universidades de outras regiões do Brasil, e entre estes, apenas dois tratam da disciplina regional, e isso me incentivou a dedicar esta pesquisa para essa disciplina, por falta de material de material didático e de formação de professores, mas também, por ser pouco explorada academicamente em nível de dissertações e teses em nossa país.

Com o intuito de ampliar o levantamento, também realizei pesquisa no banco de teses e dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA) nos últimos 10 anos (2014-2024). Na UEPA, buscando por pesquisas que tratam das representações indígenas e aos livros didáticos de estudos amazônicos, encontrei cinco pesquisas que tratam da temática indígena, porém não encontrei pesquisas que versam sobre o livro didático de estudos amazônicos.

Quadro 3. Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

| Catálogo de Teses e Dissertações UEPA | |
|---|------------------------|
| Palavras-chaves | Nº de trabalhos |
| Disciplina Estudos Amazônicos | 0 |
| Representações dos indígenas | 5 |
| Livros didáticos de Estudos Amazônicos | 0 |
| Quantidade de trabalhos relacionados à pesquisa: | 6 |

Fonte: UEPA (2023)

Quadro 4. Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade do Estado Pará (UEPA)

| ANO | DOCUMENTO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|------|-------------|--|--------------------------------|--------------------------------|
| 2014 | Dissertação | Saberes Culturais Tentehar E Educação Escolar Indígena Na Aldeia Juçaral | Maria José Ribeiro de Sá | Universidade do Estado do Pará |
| 2015 | Dissertação | A Festa Do Jacaré Na Aldeia Indígena Assurini Trocará: Espaço Educativo E De Manifestação De Saberes | Maria Gorete Cruz Procópio | Universidade do Estado do Pará |
| 2015 | Dissertação | Crianças Indígenas Da Amazônia: Brinquedos, Brincadeiras E Seus Significados Na Comunidade Assurini Do Trocará | Sueli Weber | Universidade do Estado do Pará |
| 2019 | Dissertação | Instituto Santo Antônio Do Prata (1898-1921): Missionários Capuchinhos E A Educação De Meninas Índias No Município De Igarapé-Açú/Pa | Gercina Ferreira Da Silva | Universidade do Estado do Pará |
| 2021 | Dissertação | No Remanso Das Águas Do Tentém, Navega Um Banguê! Banguê Remansinho De Tentém: Um Estudo Decolonial De Saberes E Processos Educativos De R-Existências Afroindígenas Da/Na Amazônia. | Paulo De Tarso Correa De Paula | Universidade do Estado do Pará |

Fonte: UEPA (2023)

Apesar de encontrar alguns trabalhos relacionados a esta pesquisa, nota-se que não há a presença de trabalhos que tratem dos livros didáticos como objeto de estudo na Universidade do Estado do Pará, mostrando a importância de se trazer para o programa esse novo objeto para formular novas contribuições para a educação no nosso estado.

Ao realizar o levantamento na Universidade Federal do Pará, deparei-me com sete pesquisas relacionadas as temáticas dos povos indígenas e uma relacionada aos livros didáticos. Dentre estas a que mais me despertou interesse e conexão com a minha pesquisa foi a tese de título “Noções de música (1902): Uma análise paratextual e textual do livro escolar de Antônio Rayol”, de Kathia Salomão, defendida em 2022”, no Programa De Pós-Graduação Em Educação – Ppged-UFPA.

Em seu trabalho a autora realizou uma análise de um livro escolar da disciplina de música de 1902, e para isso investigou o autor e o seu contexto histórico, além de analisar a intertextualidade implícita na obra, utilizando da história cultural e

a pesquisa bibliográfica, identificando na obra didática novas formas de se compartilhar o conhecimento e de tratar algumas temáticas, demarcando o ensino de música naquele período.

Quadro 5. Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará.

| Catálogo de Teses e Dissertações UFPA | |
|--|------------------------|
| Palavras-chaves | Nº de trabalhos |
| Disciplina Regional | 0 |
| Povos Indígenas | 7 |
| Livros Didáticos | 1 |
| Quantidade de trabalhos relacionados à pesquisa: | 8 |

Fonte: UFPA (2023)

Quadro 6. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da UFPA

| ANO | DOCUMENTO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|------------|------------------|--|----------------------------------|------------------------------|
| 2019 | Dissertação | O Que Você Veio Fazer Na Sala De Aula? Intelectuais Indígenas Brasileiros E A Educação | Uislei Uillem Costa Rodrigues | Universidade Federal do Pará |
| 2012 | Dissertação | A Implementação Do Direito À Educação Escolar Indígena No Município De Santarém No Período De 2006 A 2012 | Joniel Vieira De Abreu | Universidade Federal do Pará |
| 2014 | Dissertação | A CRIANÇA INDÍGENA NOS ESTUDOS ACADÊMICOS NO BRASIL: Uma Análise Das Produções Científicas (2001 – 2012) | Sheila Alves De Araújo | Universidade Federal do Pará |
| 2023 | Tese | O Trabalho Para O Capital: Atuação Do(A) Professor(A) Indígena Na Terra Indígena Rio Pindaré E Sua Experiência Como Trabalhador(A) Da Educação | Daniela De Fátima Ferraro Nunes | Universidade Federal do Pará |
| 2022 | Tese | Espinhos No Pé: Movimento Indígena Munduruku Pela Educação Escolar Na Ti Kwatá-Laranjal/Am | Lucas Antunes Furtado | Universidade Federal do Pará |
| 2017 | Tese | Para Além Da Aldeia E Da Escola: Um Estudo Decolonial De Aquisição Da Língua Portuguesa Pelos | Raimundo Nonato De Pádua Cânciao | Universidade Federal do Pará |

| | | | | |
|------|-------------|---|-----------------------------------|------------------------------|
| | | Indígenas Wai-Wai Da Aldeia Mapuera, Amazônia Brasileira | | |
| 2015 | Tese | “Escola Itinerante”: Uma Experiência De Formação De Professores Indígenas No Estado Do Pará, Brasil | Maria Lúcia Martins Pedrosa Marra | Universidade Federal do Pará |
| 2022 | Dissertação | Noções de música (1902): Uma análise paratextual e textual do livro escolar de Antonio Rayol”, de Kathia Salomão, defendida em 2022 | Kathia Salomão | Universidade Federal do Pará |

Fonte: UFPA (2023)

Quadro 7. Levantamento dos trabalhos encontrados (PPGED/UFAM)

| PPGED/UFAM | |
|---|-----------------|
| Descritores | Nº de trabalhos |
| Disciplina Estudos Amazônicos | 0 |
| Representações dos indígenas/Povos indígenas | 1 |
| Livros didáticos de estudos amazônicos/Livros didáticos | 0 |
| TOTAL | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Quadro 8. Levantamento descritivo dos trabalhos encontrados (PPGED/UFAM)

| ANO | DOCUMENTO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|------|-------------|---|-----------------------|-------------|
| 2020 | Dissertação | A Representação Do Indígena Sateré Mawé Nas Toadas De Boi-Bumbá De Parintins-Am | Adriano Pinto Marinho | UFAM |

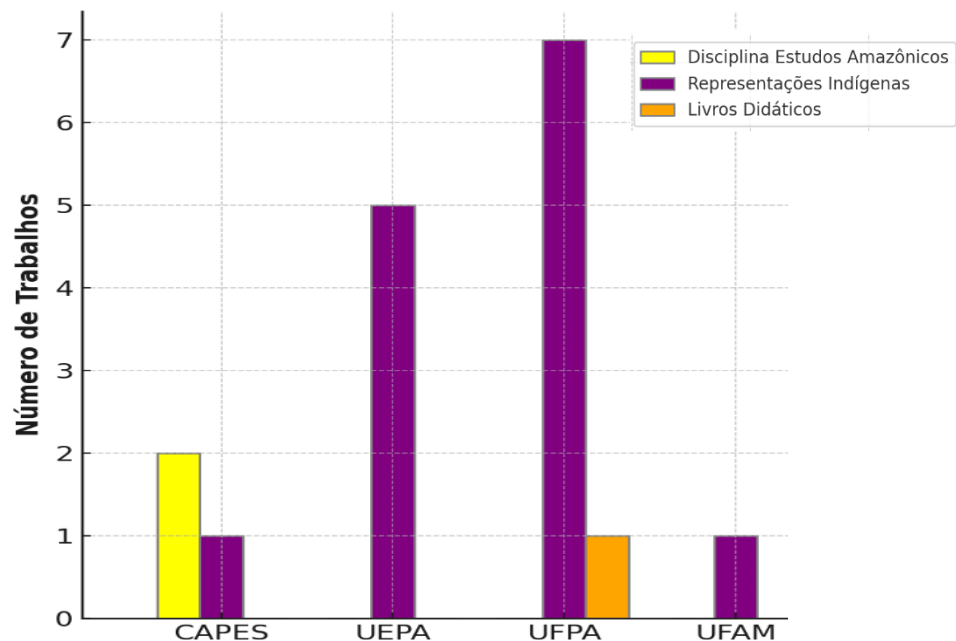
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Durante as pesquisas realizadas no repositório da UFAM, consegui localizar apenas uma pesquisa que trata da representação dos povos indígenas, intitulada “A Representação Do Indígena Sateré Mawé Nas Toadas De Boi-Bumbá De Parintins-AM”, na qual o autor objetivou compreender como a comunidade dos Sateré Mawé são representados a partir de uma perspectiva descolonizadora, analisando as toadas e realizando entrevistas com as comunidades.

Quadro 9. Levantamento geral dos dados coletados nos repositórios

| REPOSITÓRIOS | QUANTIDADES DE TRABALHOS |
|--------------|--|
| UEPA | <ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos de estudos amazônicos (X) • Representações de negros e indígenas (5) • Disciplina de estudos amazônicos (X) |
| UFPA | <ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos de estudos amazônicos (1) • Representações de negros e indígenas (7) • Disciplina de estudos amazônicos (X) |
| CAPES | <ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos de estudos amazônicos (X) • Representações de negros e indígenas (1) • Disciplina de estudos amazônicos (2) |
| UFAM | <ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos de estudos amazônicos (X) • Representações de negros e indígenas (1) • Disciplina de estudos amazônicos (X) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Quadro 10. Gráfico acerca do levantamento dos Trabalhos em Diferentes Repositórios

Repositórios

Acima, o gráfico apresenta a produção acadêmica nos diferentes repositórios com base nos descritores "Disciplina Estudos Amazônicos", "Representações Indígenas" e "Livros Didáticos de Estudos Amazônicos". As barras coloridas indicam a quantidade de trabalhos encontrados em cada categoria:

- **Amarelo:** Representa os trabalhos relacionados à *Disciplina de Estudos Amazônicos*.
- **Lilás:** Refere-se às pesquisas sobre as *Representações Indígenas*.
- **Laranja:** Mostra os estudos sobre *Livros Didáticos de Estudos Amazônicos*.

O gráfico destaca uma concentração significativa de pesquisas sobre *Representações Indígenas* em repositórios como a UFPA e a UEPA, enquanto revela lacunas consideráveis em relação aos estudos sobre *Livros Didáticos de Estudos Amazônicos* e a *Disciplina de Estudos Amazônicos* em diversas instituições. Essa representação visual sintetiza o estado da produção científica, apontando áreas já bem exploradas e outras que ainda carecem de investigações mais profundas. Dessa forma, o levantamento serve como base crítica para novas reflexões e direções de pesquisa no campo dos estudos amazônicos.

Logo, como podemos observar nos levantamentos realizados, são poucas as pesquisas encontradas tratam do livro didático de estudos amazônicos como ferramenta pedagógica e documento histórico, porém nenhuma delas realiza uma análise desses livros buscando identificar as representações presentes nos mesmos, além de que mesmo as que tratam dessa disciplina região, são todas pesquisas realizadas no sudeste do Brasil.

3.0 LIVRO DIDÁTICO E A COLEÇÃO “ESTUDOS AMAZÔNICOS”: OS PRIMEIROS LIVROS.

Durante esta seção, trato de discorrer sobre o processo do surgimento dos livros didáticos da disciplina Estudos Amazônicos, e por consequência da própria disciplina, dentro do contexto histórico no qual se tornou necessário esse foco voltado para os conhecimentos regionais, além de analisar a política nacional dos livros do período dessa produção.

3.1 O contexto histórico e educacional nos livros didáticos (1930-1995)

Os livros didáticos voltados para a disciplina de Estudos Amazônicos começaram a ser produzidos apenas a partir da segunda década do século XXI, mediante o interesse de se conhecer a história da região amazônica.

Segundo o pesquisador Geraldo Neto (2020), debates sobre a necessidade de se produzir livros escolares regionais marcam os anos de 1930 no estado do Pará, mas, os debates se intensificam apenas na segunda metade do século XX.

No início do século XX deu-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Segundo o site da instituição “A sua criação esteve associada às comemorações do 4º Centenário do descobrimento do Brasil, sob os auspícios do governo do Estado do Pará, na época governado por José Paes de Carvalho” (IHGP, 2015). A sua criação representou um marco para a valorização da história regional.

É com essa preocupação que, a partir da reinstalação em 1917, os membros do IHGP motivaram-se a escrever uma história mais voltada para o regional, composto por um corpo de pesquisadores que além de trabalhar com a revista produzida pelo instituto, também demonstravam interesses em produzir obras escolares, em um viés predominantemente político, estudava-se principalmente a cabanagem e a adesão do Pará à independência (Neto, 2020).

Vale ressaltar que este movimento ocorre durante as primeiras décadas da república Brasileira, em que nos encontramos em um processo de grandes mudanças políticas, um desejo de se superar a monarquia e fortalecer o republicanismo, o que torna visível nos livros didáticos de história e geografia que “[...] autores que faziam parte da instituição e que viam no ensino da História um instrumento de civilização e de patriotismo, uma espécie de guia para a formação dos futuros cidadãos republicanos[...]”, em um contexto onde se era comum a supervalorização de imagens e de personagens históricos (Neto, 2020).

E é durante este período de grandes modificações que em 1930 ocorre golpe de estado e Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, visando romper o que agora é conhecido como a política de café com leite, no qual os estados de Minas Gerais e São Paulo revezavam entre si o posto da presidência, e com isso o novo presidente traz consigo novas ideias e interesses, e por consequência essas intenções afetariam diretamente as produções didáticas.

Em 1937, O Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, cria o Instituto Nacional do Livro⁶, e em 1938 é fundada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do decreto Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, se tornando a primeira comissão responsável pela seleção e distribuição dos livros, estabelecendo as primeiras políticas de legislações sobre o controle da produção.

Em acorde com Holien Bezerra (2017), o CNLD “tratava-se de encontrar instrumentos que auxiliassem na formação de profissionais especializados no âmbito da elite brasileira. Trata-se de uma preocupação do governo, no contexto da ditadura” (Bezerra, 2017, p.69), como se pode perceber, essa comissão surge justamente um (1) ano depois do golpe de 1937, também conhecido como Estado Novo de Getúlio Vargas, no qual iniciaria o seu governo ditatorial.

Nota-se que diante da necessidade de um governo ditatorial de se controlar e manipular informações, uma de suas principais ferramentas se tornaria o próprio CNLD, que como diz no artigo 2^a do decreto-lei Nº 93 de 21 de dezembro de 1937:

Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros, incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (Brasil, 1937).

Logo o CNLD é imbuído de diversos poderes e deveres, que possuem um grande alcance, dentro dos objetivos estipulados pelo governo Vargas, e esses impactos podem ser observados nos livros didáticos, pois os conteúdos são selecionados por especialistas, e até mesmo editando os materiais produzidos antes da circulação do produto final.

⁶Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>

Apesar do fim do estado novo e da volta à democracia, o livro didático e o seu programa volta a sofrer alterações em 1966, devido à instauração da ditadura civil-militar, profundas mudanças foram efetivadas no currículo escolar e na escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, no auge das políticas populares e da implementação do sistema de ensino de Paulo Freire, a ditadura civil-militar enveredou por um novo caminho educacional (Cunha, Góes, 2002).

Em 1966 ocorre a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) no qual “tem as funções de coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático” (Bezerra, 2017, p.69) contando com o financiamento realizado em um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), contando agora com novas formas de organização e com a influência do governo americano das decisões tomadas.

Conforme os autores Cunha e Góes “No campo da educação houve um corte profundo, pois, aos olhos do novo sistema, a educação *com* só poderia ser “subversão” (2002, p.31), com isso se destacam diversas medidas como a criação de disciplinas como a Ética Moral e Cívica, que corroboravam com a visão autoritária do governo deste período.

No livro “O golpe na educação”, Cunha e Góes destacam, através da demonstração de diversas políticas aplicadas pelo acordo que ele vai chamar de MEC-USAID, as modificações realizadas na educação, que englobaram todo o nosso sistema educacional brasileiro, como apresenta os autores:

Os acordos MEC-USAID cobriram todos os espectros da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (Cunha, Góes, 2002, p.32).

Diante dos obstáculos encontrados nesse período, a educação brasileira sofreu um processo de desvio dos caminhos desejados pela educação crítica e interdisciplinar, e por consequência direta, como supracitado pelos autores, os livros didáticos foram alvejados por essas mudanças, precisando ser reformulados e necessitando atender as novas medidas (Cunha, Góes, 2002).

Por conseguinte, neste período ditatorial, ocorre um grande crescimento no processo de produção e distribuição do livro didático, visando o objetivo do governo

de expansão da oferta dos livros, e esses materiais didáticos se tornam essenciais para auxiliar tanto os alunos como os professores em sala de aula, tendo em vista que, como aponta Bezerra, pode se observar neste momento uma precarização no processo de formação desses professores, os tornando mais dependentes desses livros (Bezerra, 2017).

Na década de 1970 ocorre um grande número de modificações relacionadas à gestão e distribuição do livro didático, como aponta Holien Bezerra:

As funções e as siglas se sucedem: o Instituto Nacional do Livro Didático (INLD), em 1971, passa a administrar e gerenciar os recursos financeiros destinados à política educacional e desenvolve o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef); em 1976 é a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) que se responsabiliza por executar os programas voltados para o livro didático; a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) criada em 1983 assume as responsabilidades para com o livro didático (Bezerra, 2017, p.69).

Em especial gostaria de dar destaque a alguns acontecimentos deste período, como em 1971, onde ocorre o fim do acordo MEC/USAID, provocando mudanças que modificaram as formas como as influências norte-americanas afetavam a produção do livro no Brasil, proporcionando a implementação de unidades federativas para o Fundo do Livro Didático, um sistema de contribuição financeira, atribuindo essas responsabilidades a cada estado (Brasil, 1971).

Durante a implementação da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) em 1976, o governo brasileiro assume a compra de uma grande parcela dos livros didáticos, que era uma das responsabilidades dos estados, utilizando os fundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Brasil, 1976).

Porém, devido a insuficiência de recursos, grande porcentagem das escolas municipais ficou excluídas do programa, e em 1983 com a substituição da Fename pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), o novo órgão introduziu a participação dos professores na escolha dos livros didáticos, além de trabalhar na expansão do programa (Brasil, 1983).

É somente com o final do governo ditatorial civil-militar em 1985 em que surge, no mesmo ano, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa este que se encontra presente até os dias atuais como responsável pela distribuição e seleção dos livros didáticos. Através do Decreto nº 91.542 de 19/8/85, assumindo no lugar do Plidef, o PNLD traz diversas mudanças, entre elas as principais sendo:

- (1) Indicação do livro didático pelos professores;
- (2) Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- (3) Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- (4) Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores (Brasil, 1985).

Além desses pontos fundamentais, salienta-se que o Ministério da Educação decide não interferir no campo da produção editorial, isto é, a iniciativa privada passa a ter um maior controle e autonomia, permitindo o crescimento e surgimento de diversas editoras voltadas para a produção do livro didático, entre elas algumas localizadas no estado do Pará (Bezerra, 2017).

E é diante da reabertura do país para a democracia que nos vemos na necessidade de se revisitar as propostas curriculares, que como indica a autora Circe Bittencourt, nos anos de ditadura, os conteúdos de história foram resumidos e simplificados, limitando a possibilidade de diferentes interpretações (Bittencourt, 2008).

Como demonstra a autora:

As propostas curriculares inserem-se em um momento importante da história do ensino de História, cabe analisar com rigor metodológico os novos rumos projetados pelos currículos para se poder discernir o que efetivamente está em processo de mudanças e como atualmente ocorre “a seleção cultural” do conhecimento considerado essencial para os alunos. Há propostas de mudanças que precisam ser identificadas, mas devem-se verificar as “tradições escolares” que permanecem e as interpretações dadas a antigos conteúdos e métodos (Bittencourt, 2008).

Frente a essa decisão, se torna cada vez mais urgente a formação adequada e continuada dos professores, pois diante do direito de se escolher os livros didáticos permitido ao professor, surge também a responsabilidade da seleção, que deve ser realizada de forma cuidadosa e criteriosa, pois será um instrumento fundamental para os alunos e para os docentes.

Com isso em vista, a referida autora analisa que houve a partir da década de 90 um boom de reformulações curriculares, não só no Brasil, como no mundo, como

uma forma de corresponder a globalização e as novas demandas em um mundo pós-guerra fria (Bittencourt, 2008).

Segundo Bezerra (2017), é no decorrer da década de 1990 em que se destaca a problemática da qualidade dos livros, pois é em 1993 que surge:

O Plano Decenal de Educação para Todos enfatiza a necessidade da melhoria qualitativa dos livros didáticos, a importância da capacitação adequada do professor para avaliar e selecionar os livros a serem utilizados, e a implementação de uma nova política para o livro didático no Brasil. Sem deixar de lado os aspectos, já enfatizados em gestões anteriores, referentes ao aprimoramento da distribuição e das características físicas visando a durabilidade do material (Bezerra, 2017, p.70).

Como podemos observar nesse plano decenal, os diversos problemas encontrados desde a criação do PNLD foram identificados e soluções foram indicadas, em seus diversos níveis, e é a partir desse momento em que surge, atrás de nomeações do Ministério da Educação, os especialistas de cada uma das áreas do conhecimento para auxiliarem no processo de seleção e avaliação dos livros mais escolhidos pelos professores (Bezerra, 2017).

Em seus primeiros momentos, essa comissão conseguiu apontar alguns dos principais defeitos editoriais, porém gerou diversos embates, e apesar de sugerir alguns requisitos mínimos para as produções, conforme Bezerra os resultados não foram produtivos como almejados, falhando em proporcionar melhorias significativas para a qualidade dos livros (Bezerra, 2017).

Em 1996, é criado o Guia de livros didáticos, que se tratava de um guia escrito por esses especialistas supracitados para instruir e auxiliar os professores no processo de escolha desses livros, em conformidade com Marcelo da Silva (2017), esse processo de distribuição dos livros didáticos por parte do PNLD foi um processo longo e meticuloso, que foi se ampliando, iniciando com os livros de disciplinas como português e matemática, além de etapas de escolarização, tudo em um cronograma que pretendia atender todas as áreas do conhecimento e todos os níveis do ensino fundamental e médio das escolas.

De acordo com Geraldo Neto, é durante a década de 1990 que surgem diversos movimentos que foram fundamentais para o surgimento da disciplina de estudos Amazônicos, entre esses movimentos sociais estavam os movimentos da comunidade negra, da comunidade indígena, entre outros (Neto, 2020).

Em 1978 surgiu o Movimento Negro Unificado, uma organização que visava combater o racismo através da promoção da igualdade de direitos e da aceitação das diferenças, porém aqui cabe destacar que uma das bandeiras se tratava da “inclusão da temática negra nos currículos escolares, bem como o combate à forma estereotipada e preconceituosa com que a História da população negra era ensinada nas escolas e nos livros didáticos” (Bettine, Sanchez, 2012, p.102).

Outro exemplo pode ser visualizado no movimento Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Vida e Cidadania, realizado em Brasília, em 1995, no qual os militantes negros entregaram um documento ao então presidente da república exigindo melhores condições de acesso ao ensino superior aos alunos negros e exigindo também a retificação de livros didáticos que retratavam estereótipos equivocados sobre a comunidade afro-brasileira (Sabino, *et al apud* Pereira *et al*, 2022).

Ao se tratar dos povos indígenas neste mesmo cenário, como denuncia o indígena Daniel Munduruku, diversas violências estavam sendo cometidas contra estes povos, e como forma de resistência foi criada a União das Nações Indígenas, em uma tentativa de organizar nacionalmente esses diversos povos para lutarem, entre outros direitos, a educação (Munduruku, 2009).

No ano de 1988 os povos indígenas conquistam a inclusão dos direitos indígenas na nova Constituição Federal, dando um espaço para a voz desses povos, e garantindo o direito ao ensino indígena, reconhecendo a sua cultura, os seus territórios e sua pluralidade cultural (Lima, Carie, 2013).

É através desses novos olhares sobre o livro didático e as suas possibilidades em que profissionais da educação e as editoras locais percebem a necessidade de ouvir esses povos até então invisibilizados nos materiais didáticos, e iniciam os seus movimentos para realizar essa transformação necessária no currículo da região e nas ferramentas didáticas.

3.2 O surgimento da disciplina Estudos Amazônicos

Em 1985, durante o primeiro ano de governo de José Sarney, foi lançado pelo MEC um programa denominado “Educação para Todos - Caminho para Mudança”, este programa visava solucionar diversas problemáticas educacionais encontradas naquele período, entre elas a evasão escolar, que segundo o documento era

ocasionada pela falta de informação e interesse por parte da sociedade em relação à escola. (Brasil, 1985)

Com isto, o programa estipulou melhorias da produtividade na educação básica através de “– Definição de uma proposta político-pedagógica que tenha correspondência com os reais interesses da sociedade e preserve espaço para as peculiaridades locais e regionais;” e “– Resgate da importância social das camadas populares e da sua cultura como elemento fundamental no processo de elaboração do saber” (Brasil, 1985, p.10).

Estas melhorias estipuladas do programa reforçaram a necessidade das disciplinas regionais no país, e com isso pressionou o estado do Pará a incluir duas disciplinas, a de “história do Pará”, que se tratava especificamente dos acontecimentos históricos regionais, e “estudos Paraenses”, que se especializou no estudo da fauna, flora, sociedade paraense entre outros pontos regionais (Brasil, 1985).

Conforme Davison Alves:

Em 1987, a secretaria de Educação do Estado do Pará organizou um evento em Belém voltado para os professores da rede estadual, neste encontro os professores ressentiam-se da falta de um material didático, que dialogasse com temas amazônicos para a escola. Neste sentido a SEDUC em parceria com o IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará), organizou uma coletânea de textos voltados para os professores da rede estadual, que discutisse alguns acontecimentos recentes na região amazônica, processos sociais que até então eram silenciados do espaço escolar [...] (Alves, 2013, p.41).

De acordo com esse ator, observa-se que existia além da imposição nacional, um desejo local em se destacar essa história regional, a sociedade e a natureza da região amazônica, fugindo da obscuridade dos livros nacionais onde se era atribuído apenas um ou dois capítulos sobre a nossa região, sem o devido aprofundamento (Alves, 2016).

Barros salienta que, por consequência, no mesmo ano de 1987, se implementa a resolução nº 630/97, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) o surgimento da disciplina Estudos Amazônicos, como uma parte diversificada do currículo, que passa a ser lecionada somente no ensino médio II, no lugar das disciplinas de História do Pará e Estudos Paraenses, abrangendo não só a história, fauna, flora e comunidades locais, como de toda a região amazônica (Barros, 2016).

Nesse momento a SEDUC-PA define para sua disciplina o conteúdo a ser trabalhado e estabelece que os professores capacitados para lecionar essa disciplina seriam os professores de história, geografia, ciências sociais ou biologia, e se caso, na ausência desses profissionais, outros bacharéis poderiam lecionar no lugar (Barros, 2016).

Como indica Alves, apesar de ser fundada em 1997, a disciplina Estudos Amazônicos só passou a se tornar obrigatória em 1999, para a sua aplicação no ensino fundamental II, através de um ofício encaminhado a todas as escolas públicas do Pará pela diretora de ensino do estado, Violeta Loureiro (Alves, 2016).

A disciplina de Estudos Amazônicos, como tudo indica, surge com uma proposta que preza por um caráter de interdisciplinaridade, principalmente por não se tratar de um conhecimento específico, como apenas a história da Amazônia, ou os espaços geográficos da Amazônia, mas por se responsabilizar por correlacionar todos esses conhecimentos e trabalhar os mesmos durante o decorrer da disciplina, como destaca Alves ao relatar que a disciplina se trata de uma “[...] narrativa que dialoga com algumas questões regionais, com o modelo de desenvolvimento, com os problemas sociais e as questões ambientais” (Alves, 2016, p.43).

Como apresenta Barros, nesse momento “há uma necessidade emergente de integrar as disciplinas e de contextualizar os conteúdos de ensino de forma mais significativa”, portanto as disciplinas que passam a surgir nesse momento usufruem de uma linguagem mais atualizada, academicamente falando, que visa suprir as necessidades presentes na sociedade (Barros, 2016).

Logo a disciplina de Estudos Amazônicos surge neste momento com o intuito de suprir essa necessidade local, tendo em vista que a história regional, do ponto de vista historiográfico, pode ser enxergada como um novo olhar sobre determinado recorte, que foi invisibilizada desde o surgimento do currículo nacional, que prioriza a história a partir de uma ótica sudestina, favorecendo determinados conteúdos e excluindo outros.

Para compreender o conceito de história regional, primeiro torna-se importante compreender o conceito de região:

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região

também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode ser inserida em um conjunto mais vasto (Barros, 2007).

Nesse sentido, Barros (2007) compreende que existe um grande nível de complexidade quando se trata de pesquisar e trabalhar com regiões dentro de uma visão micro, partindo do pressuposto que essa região se encontra em um sistema que está relacionado com diversos sistemas de outras regiões, logo que a região amazônica além de se tratar de um espaço geográfico nacional, também se encontra em espaços de outros países vizinhos ao nosso país.

É a partir dessa reflexão que os profissionais responsáveis por elaborar o conteúdo para essa disciplina precisaram dialogar com conceitos presentes tanto na historiografia como na geografia, colocando noções de tempo e de espaço lado a lado, com o objetivo de socializar esses conhecimentos com os alunos (Barros, 2007).

Com base no artigo 26 da LDB/96 e nas novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio, a Secretaria de Estado de Educação do Pará apresenta uma proposta de um novo currículo para a aplicação da disciplina, que seja capaz de compreender todas as necessidades e as características regionais de sua aplicação.

Vale destacar que esse movimento realizado pelos professores também foi motivado pela valorização da questão de identidade, isto é, os professores estavam identificando que os alunos não estavam conseguindo se reconhecer naqueles curtos e rápidos recortes da região amazônica que eram encontrados em seus livros de história e geografia (Alves, 2016).

Por essas razões que um dos objetivos principais da criação dessa disciplina era proporcionar aos alunos um material no qual além de valorizar a nossa história local, região e bioma, fosse capaz de trabalhar as questões de identidade do povo local, para que o aluno se sentisse pertencente ao realizar a leitura dos materiais didáticos que seriam produzidos (Alves, 2016).

Para que este trabalho fosse realizado, diversos obstáculos precisaram ser superados, como apresentou Alves:

A nova configuração social e territorial do Pará foi modificada com a abertura de estradas e a criação de novos municípios, ocasionando com isso o aparecimento de novos atores sociais (posseiros, madeireiros, grileiros,

empresários, colonos, pistoleiros, “gatos” ou empreiteiros, peões), que além dos antigos atores sociais da região amazônica (seringueiros, ribeirinhos e castanheiros) vieram para a região após intensas levadas de migrações. A disciplina Estudos Paraenses fica sem utilidade em determinados contextos escolares do Estado do Pará, isso pode ser afirmado a partir da entrevista do professor Ribamar de Oliveira, quando nos apresenta esse conflito curricular. O grande desafio dos anos 1990 era adequar o ensino de História regional às demandas sociais que estes professores da educação básica vinham percebendo em sua prática cotidiana. Compreendo que a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os seus manuais didáticos dos anos 1990, nesta primeira fase da disciplina regional tentam legitimar este campo disciplinar no currículo estadual, como forma de “dar uma resposta” a esta demanda de professores vindo do interior do Estado para a cidade de Belém, desde o início dos anos 1990 participarem dos cursos de formação (Alves, 2016 p.44).

Outra dificuldade encontrada nos anos iniciais da implementação da disciplina estava relacionada aos profissionais, como já mencionado, professores de diversas áreas de formação foram habilitados para lecionar essa disciplina, porém, diante de uma nova disciplina, acompanhada de um novo desenho curricular, já era esperado que a formação desses professores não fosse capaz de atender completamente a demanda requerida.

Em sua pesquisa sobre a formação de professores para a disciplina de Estudos Amazônicos, Barros (2016) apontou que desde a oficialização e implementação da disciplina até os dias atuais, não existe um curso superior voltado para a formação de profissionais da disciplina, porém existem diversos cursos de formação continuada que possibilitam o aperfeiçoamento de profissionais da área das ciências sociais para administrar essas aulas.

Apesar das formações continuadas apresentarem um resultado positivo, Barros argumenta que se torna necessário repensar as formações iniciais também, de forma que seja capaz de dispor aos discentes, das disciplinas das áreas habilitadas para os Estudos Amazônicos, as competências necessárias para administrar essas disciplinas que requerem a interdisciplinaridade (Barros,2016).

Além das necessidades encontradas no processo da formação de professores, esses livros didáticos também sofrem de problemas de distribuição, como aponta Munakata ao realizar uma análise sobre o livro como mercadoria, o autor fez um processo de investigação sobre os processos de produção e distribuição dos livros didáticos, onde encontrou diversas problemáticas (Munakata, 2012).

Entre essas problemáticas, o autor indica que, apesar de ser criado para auxiliar, as diversas etapas que formam o processo de produção e envio dos livros afetam negativamente o seu alcance, quando as editoras dedicam as suas produções

com a intenção de agradar aos especialistas da PNLD e ao mesmo tempo os professores que vão selecionar esses produtos, criando um certo nível de complexidade que dificulta o processo de distribuição (Munakata, 2012).

Em especial voltado para as disciplinas regionais, essas dificuldades se acentuam ainda mais, pois além de enfrentarem os mesmos problemas citados acima, a distribuição tem dificuldades de atingir as áreas mais afastadas, e a qualidade do serviço passa a ser afetada, ao ponto de que certas áreas não tenham acesso a materiais didáticos ou existir opções limitadas para escolha (Alves, 2016).

Diante dessas necessidades, no ano de 2012, mais de uma década depois da integração oficial da disciplina no currículo escolar do estado, que surge, na cidade de Belém, duas editoras que foram criadas e voltadas diretamente para a produção de materiais didáticos regionais, a editora Samauma e a editora Estudos Amazônicos.

Diferentemente de todos os materiais, livros e textos construídos para essa disciplina, essas duas editoras foram responsáveis por produzirem os primeiros livros didáticos completos (além de livros paradidáticos) para serem utilizados durante todos os anos letivos do ensino fundamental II, porém alguns fatores foram fundamentais para diferenciar essas duas editoras, como salienta Neto, ambas lançaram suas primeiras edições no mesmo ano, surgindo assim também uma rivalidade entre as duas concorrentes (Neto, 2020).

E é através desse diferencial que esta pesquisa se dedicou a estudar em especial as produções da editora Samauma, pois como indica Neto e o próprio livro didático, um dos principais objetivos dos autores foi trabalhar a interdisciplinaridade em suas produções (Neto, 2020).

Como indica a autora Assunção “A Editora Samauma resgata e preserva a identidade do homem amazônico” (Assunção, 2015, p.50), e esta missão se iniciou em 2013, na fundação dessa editora, que pertence a Álvaro Jinkings, e divide espaço com outra editora que também foi fundada por Jinkins, a editora Amazônia.

Mas para compreender-se o surgimento desta editora, primeiro torna-se importante ressaltar que, como já citado anteriormente no texto, Álvaro Jinkings faz parte de uma família de grande importância para a história das livrarias paraenses, filho do livreiro, jornalista, líder sindical e militante comunista Raimundo Jinkings (Assunção, 2015).

Raimundo Jinkings fundou em 1965, imerso no início da ditadura civil-militar brasileira, a Livraria Jinkins, onde Jinkins trabalhava principalmente com a revenda

de livros, e muitos de seus clientes eram amigos, conhecidos e companheiros de partido, e por isso a sua livraria sofreu diversos ataques e investigações por parte do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) nos primeiros meses de sua existência (Assunção, 2015).

Mas apesar das duras investidas contra os seus negócios, a perseverança de Raimundo Jinkins lhe ajudou a acimentar a sua livraria, além de diversas estratégias para fomentar e compartilhar conhecimento na cidade de Belém através do incentivo a leitura, como a venda de livros “a quilo”, descontos generosos e diversas possibilidades de pagamento (Assunção, 2015).

Em 1994 o autor até foi eleito Livreiro do Ano, em São Paulo, pela associação Nacional de Livrarias, e em 1995 os seus negócios se ampliaram, surgindo filiais em shoppings, escolas e até mesmo em outros estados, fortalecendo cada vez mais o cenário local da leitura (Assunção, 2015).

Infelizmente, em 2010, devido o surgimento de diversas livrarias e a influência da internet na compra e venda de livros, a família Jinkins decidiu encerrar as atividades da livraria, porém, graças a inspiração provocada por seu empenho como livreiro em trazer novas leituras à nossa região, o seu filho, Álvaro Jinkings, fundou em 1999 a Editora Amazônia que iria contar com diversos livros paradidáticos, contos, narrativas entre outras produções desenvolvidas por professores universitários das universidades paraenses (Assunção, 2015).

E é a partir dessas inspirações herdadas que Álvaro Jinkings decidiu fundar, no mesmo espaço que a Editora Amazônia, a Editora Samauma, mais especializada na produção de produtos didáticos para serem comprados e utilizados nas escolas estaduais e municipais na disciplina de Estudos Amazônicos, incentivando o interesse dos alunos na nossa região e cultura (Assunção, 2015).

Portanto, em seguida iremos analisar de que forma essa interdisciplinaridade se apresenta no primeiro livro da coleção, e de que forma os povos indígenas estão sendo representados nessas produções, através das imagens presentes nesses livros, do seu corpo textual, das atividades desenvolvidas e das intersecções entre a história local e a participação desses povos.

4.OS POVOS INDÍGENAS E AS SUAS REPRESENTAÇÕES NO LIVRO “AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA”

Nessa seção apresento o livro didático “*As Marcas da Amazônia Antiga*”, voltado para a disciplina Estudos Amazônicos, selecionado como objeto de análise desta pesquisa. Busco nele compreender e analisar os discursos sobre os povos originários e como estes estão representados.

Lançado em 2012, pela editora Samauma, buscou encontrar espaço no cenário local das produções didáticas, com a produção de 10 mil exemplares, e desde então é utilizado, em escolas do estado do Pará.

Esse livro faz parte da 4ª reimpressão da 1ª edição original dos livros de 2012, pois como já foi informado anteriormente, durante o meu processo de visitação à editora, os livros didáticos desta editora não sofreram alterações no decorrer dos anos.

4.1 O Livro “*As Marcas Da Amazônia Antiga*”

Definido como o Volume 1 de 4 volumes, o livro *As Marcas da Amazônia Antiga*, nas palavras dos autores Luis Airoza, Leila Mourão e Stela Santana, está voltado para um novo olhar sobre a região amazônica, para o seu espaço geográfico, para as marcas deixadas pelos povos que ali habitavam e as transformações que ocorreram com o tempo, para que os alunos possuam a habilidade de “Conhecer o seu passado, o seu presente e, desta maneira, poder contribuir para que tenha um bom futuro” (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.04).

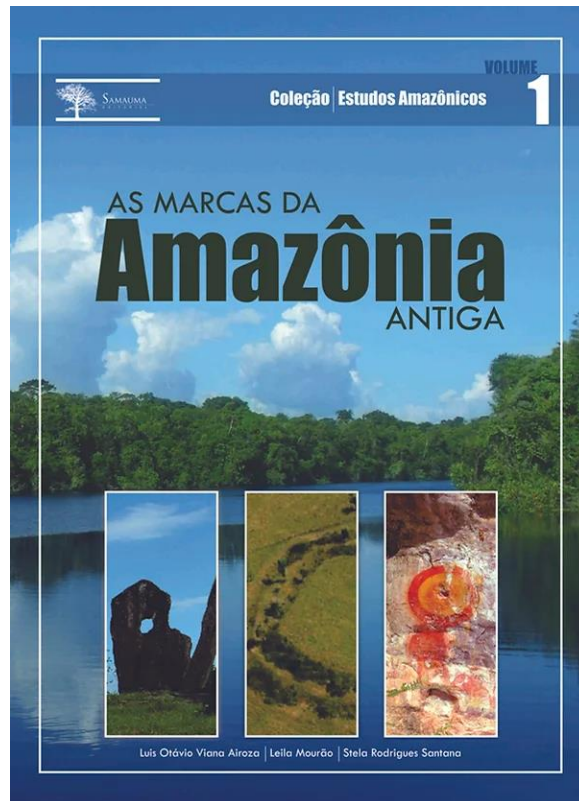
Como ressalta os autores na introdução do livro:

Esse primeiro volume, “*As Marcas da Amazônia Antiga*”, trata das marcas deixadas pelos povos que habitaram nossa região em um passado distante. Um passado que soma 11 mil anos. Marcas que ainda são visíveis e vêm sendo estudadas por vários pesquisadores. Marcas que, em alguns casos, estão muito próximas de nós habitantes da Região Amazônica (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.04).

Portanto, como se torna perceptível durante a leitura deste livro, de forma didática os autores apresentam para os alunos diversas características da nossa região pré colonização, objetivando identificar que tipos de terrenos e que tipos de marcas foram deixadas por esses povos originários de região amazônica.

4.2 Capa - Livro As Marcas da Amazônia Antiga

Figura 3. Capa do livro As Marcas da Amazônia Antiga



Fonte: website da Editora Samauma (2012)

Como podemos observar em sua materialidade, a editora, em conjunto dos autores, optou por utilizar uma imagem do rio Amazonas, um dos maiores símbolos que representam essa região e a sua natureza, além de destacar 3 das marcas físicas deixadas pelos povos indígenas dessa região, da esquerda para a direita podemos observar os megalíticos, os geoglifos e as artes rupestres, que serão trabalhados no decorrer do livro.

Essa mescla de elementos da natureza e de marcas culturais que foram eternizadas através da presença dos povos indígenas que habitavam essas regiões na capa do livro transmite a ideia de que existia um grande impacto causado pela presença desses grupos, e que de sua própria forma alteraram o cenário da natureza e eternizaram a sua presença.

Além da imagem, a capa também é composta por um título, o número do seu volume (1), a coleção a qual pertence, que se trata da coleção estudos amazônicos, a marca da editora Samauma, e abaixo das imagens os nomes dos autores e organizadores do livro.

4.3 O corpo de texto do livro *As Marcas da Amazônia Antiga*

O livro possui em sua totalidade 120 páginas, entre elas contêm o sumário, introdução, referências, diversas imagens coloridas e atividades, todo esse conteúdo está dividido entre 8 capítulos, e cada capítulo é dividido entre conteúdo (com imagens e descrições) e atividades no final de cada um, exercitando o conhecimento ali trabalhado.

Quadro 11: Capítulos do livro

| Capítulo | Título |
|----------|----------------------|
| 1 | Amazônia |
| 2 | Terra Preta de Índio |
| 3 | As Matas Culturais |
| 4 | Os Sambaquis |
| 5 | Os Geoglifos |
| 6 | Os Megalíticos |
| 7 | Os Tesos |
| 8 | Arte Rupestre |

Fonte: Elaborado com os autores com base no livro *As Marcas da Amazônia Antiga* (2023)

O 1 capítulo, intitulado “*Amazônia*” está dividido entre 5 subitens, denominados, respectivamente, “O tamanho da Região Amazônica”, “A importância ambiental da Região Amazônica”, “As mudanças ambientais depois da chegada dos europeus”, “As mudanças ambientais antes da chegada dos europeus” e encerrado o capítulo com “Atividades”.

Durante este primeiro capítulo, nas palavras dos autores, “[...] vamos estudar a Amazônia, sua importância, abrangência e mudanças em seu ambiente antes e após a chegada dos europeus.” (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.04).

Este capítulo realiza um primeiro contato entre o leitor e a região amazônica ali estabelecida, tratando da Amazônia em sua totalidade, isto é, não apenas a região que faz parte do Brasil, mas de todos os outros países também, além de destacar as causas e consequências dos contatos entre o homem e a natureza que foram estabelecidos.

Tradicionalmente, os livros didáticos escolares estão marcados por conter uma representação dos povos tradicionais brasileiros do ponto de vista europeu e colonizador, e em diversas vezes estes livros são responsáveis pelo primeiro contato entre a criança ou adolescente com esses povos que não fazem parte diretamente do seu cotidiano, como ressalta o autor José Freire:

A quase totalidade da população brasileira jamais visitou uma aldeia indígena nem teve contato pessoal com qualquer índio. A representação que cada brasileiro tem do índio, como regra geral, é aquela que lhe foi transmitida na sala de aula pelo professor, com ajuda do livro didático, e é reproduzida pela mídia. Dessa forma, cabe à escola uma grande responsabilidade na construção da imagem que os brasileiros têm sobre os índios e sobre si mesmos como produtos que são, entre outras, da matriz cultural indígena (Freire, 2002, p.94).

Portanto, como podemos observar na leitura do livro *As Marcas da Amazônia Antiga*, os autores buscaram, desde o prólogo do livro e das suas primeiras páginas, a escolha da temática e do primeiro capítulo, apresentar para o leitor a região amazônica e os povos que ali habitaram, sempre realizando um diálogo entre as marcas deixadas por esses povos nessa região com a presença deles nas atualidades ou até mesmo as consequências dos seus atos naqueles períodos no cenário amazônico.

No decorrer deste capítulo, encontramos diversas descrições sobre a fauna e flora da região amazônica, acompanhada de diversas imagens ilustrativas, destacando a importância ambiental que esse ecossistema apresenta para o nosso planeta.

Neste momento gostaria de destacar aqui os subitens dedicados a tratar das mudanças ambientais provenientes dos contatos entre natureza e o ser humano. Neste momento os autores optaram por apresentar primeiramente as mudanças

ocorridas com a chegada dos europeus na região, isto é, abrangendo entre 1500 até os dias atuais, nas quais os mesmos destacam que: “Para entendermos melhor estas mudanças, devemos observar o presente e o passado. Devemos comparar o que encontramos hoje (no presente) com o que se encontrava ontem (no passado) na floresta amazônica.” (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.12).

E é através dessas comparações que os autores apresentam diversas mudanças significativas, como a abertura da Transamazônica, de áreas de pastos, hidrelétricas e etc., além de apontar como essas mudanças afetaram não só a flora, mas também a fauna, com a extinção de determinadas espécies e a vinda de outras espécies de outras regiões para serem criadas nesses locais.

Porém, é apenas ao se tratar das mudanças ambientais antes da chegada dos europeus que podemos observar as primeiras anotações sobre os povos originários na região amazônica, segundo os autores esses povos chegaram na região por volta de dez mil anos atrás, e se espalharam por praticamente todo território amazônico, e a forma nos quais eram utilizados os recursos naturais encontrados, foram deixadas diversas marcas que afetaram a paisagem local.

Como consta neste capítulo:

Na época dos invasores, não se enxergavam todas as marcas resultantes da presença dos povos amazônicos e de seus ancestrais. Estes europeus acreditavam que aquilo avistado por seus olhos era tudo natureza que ainda não havia sido tocada pelo homem. Hoje, as investigações realizadas por vários estudiosos, que estudam a Região Amazônica e seus habitantes, permitem-nos saber que parte da paisagem amazônica é o resultado da presença de seus primeiros habitantes e de seus descendentes (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.15).

Logo os autores socializam como esse reconhecimento da presença dos povos originários e a sua importância é algo ainda relativamente recente, e que deve ser trabalho com a sua devida atenção, compreendendo que estes povos também foram responsáveis por se infiltrar nesta região e realizando, através das suas necessidades, adaptações e transformações, provocando em diversas marcas que podem ser encontradas até hoje.

Por consequência, os autores destacam o trabalho da arqueologia e de outras ciências neste momento para exemplificar e demonstrar os locais dos quais o livro trabalha, valorizando o processo interdisciplinar que permitiu o encontro e o estudo desses ambientes que o autor utiliza do termo Sítios Arqueológicos (em um balão

auxiliar os autores detalham a definição desse termo) e apresentam através de uma imagem a localização atual desses locais (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 4. Sítios Arqueológicos na Amazônia



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Adaptado de Marcondes Lima *et al.* (2009)

Como podemos observar nesta imagem selecionada pelos autores, os alunos podem se situar geograficamente sobre a localização de cada um desses sítios arqueológicos que ainda existem na região amazônica, e através desse reconhecimento compreender como estamos mais próximos do que imaginamos desses locais e da nossa cultura material e imaterial amazônica.

Nos momentos finais deste primeiro capítulo, o autor reservou para realizar um breve prólogo para o que será estudado em seguida, como os nomes dados a estas marcas deixadas pelos povos originários, e realizando uma reflexão sobre o que foi visto até agora (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

O segundo capítulo, de título *Terra Preta de Índio*, dedicou-se a destacar um dos tipos de sítios arqueológicos citados no capítulo anterior, os territórios conhecidos pelos pesquisadores como Terra Preta de Índio, que como os próprios autores apresentam, se tratava de um dos mais famosos e importantes sinais de grandes transformações realizadas pelos povos originários na região amazônica, por se tratar de uma terra escura, horizontal, fértil e cheia de nutrientes, provocada através de queimadas realizadas por estes povos que as utilizavam como técnica de plantio.

Este capítulo está dividido entre 5 subitens, “Algumas características do Solo Amazônicos”, “Mas como ocorre essa reciclagem?”, “Características do solo de Terra

Preta de Índio”, “A fertilidade e importância da Terra Preta de Índio” e “A localização da Terra Preta de Índio”.

Primeiramente, os autores apresentam as características que compõem esses solos, e a origem da sua nomenclatura, além de explicar as diferenças entre este solo e os demais solos da região amazônica, e para auxiliar, utiliza de imagens demonstrando esses locais que ainda podem ser encontrados atualmente, como podemos observar nas imagens a seguir retiradas do livro (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Segundo Vera Candau:

A interculturalidade crítica também questiona fortemente o eurocentrismo. Afirma a pluralidade epistêmica presente nos diversos grupos humanos. Desenvolve uma visão da história multifacetada e plural, que não pode ser reduzida a uma linearidade. Reconhece as contribuições do eurocentrismo, mas nega sua universalidade. Afirma que se trata de uma produção particular que foi universalizada e que deve entrar em diálogo com outras epistemologias que foram negadas, inferiorizadas ou mesmo destruídas. Reconhecer esta realidade e promover processos de (re)construção de conhecimentos outros é uma preocupação fundamental da educação intercultural crítica e decolonial que deve mobilizar uma nova perspectiva para se conceber e desenvolver os currículos escolares (Candau, 2020, p.681).

Logo, ao escolher destacar as marcas dos povos originários nos cenários atuais destes locais (durante este e os outros capítulos a seguir), podemos perceber o desejo dos autores de promover essa visão crítica, ao permitir que os alunos observem essas mudanças, como poderemos ver também através das atividades, em especial as de título “Refletindo sobre o presente”, reconhecer que não existe uma linearidade que aparenta nos livros didáticos de história sobre a nossa região amazônica.

E ao relacionar diferentes disciplinas, como geografia, história, sociologia e até mesmo biologia de uma forma mais ampla, sem conduzir os leitores a apenas um tipo de conhecimento, os autores trabalham de forma eficaz essa interdisciplinaridade.

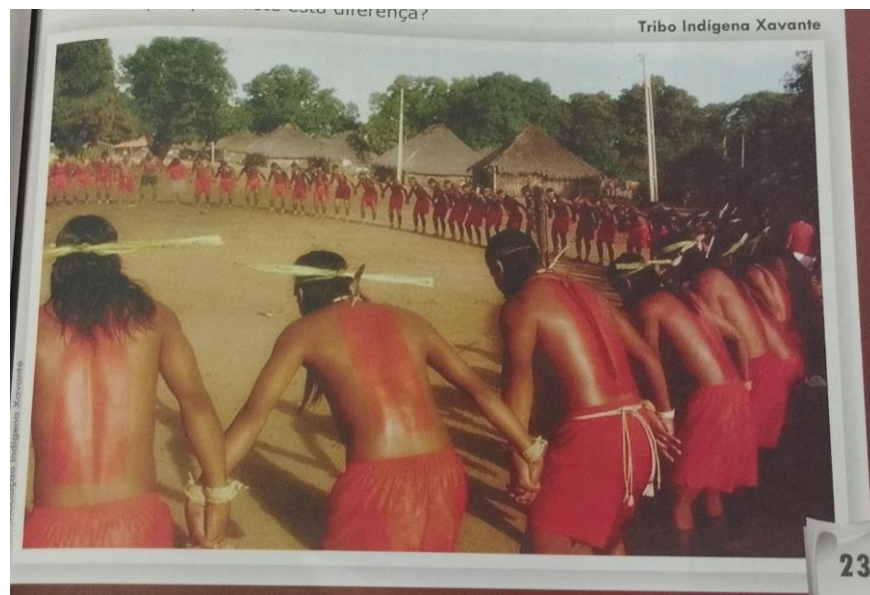
A partir dessa perspectiva sobre a forma como os conteúdos escolares tradicionais descrevem a região amazônica, a disciplina de estudos amazônicos possibilita esse diálogo para se aprofundar na região local, se tornando responsável por desconstruir e reconstruir discursos sobre a nossa cultura, como ressalta Vera Candau, promovendo um debate rico e valioso para a educação atual (Candau, 2020).

Gostaria de ressaltar também que é a partir deste momento que observamos pela primeira vez, entre outras incidências, em que podemos observar a utilização da palavra índio no decorrer dos textos e imagens, uma nomenclatura que é considerada equivocada e ultrapassada para retratar os nossos povos originais.

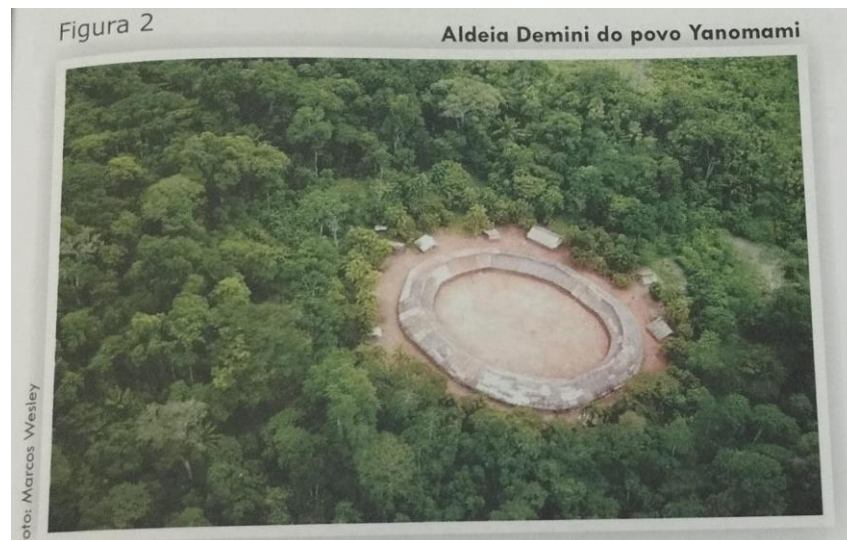
Segundo o secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, em uma entrevista com a canal CNN de notícias “O mais apropriado é indígena, que é correspondente ao nativo e originário daquele lugar, fortalece a identidade étnica e pertencimento a esta nação”.

Esse debate começou a ganhar força apenas nos últimos anos, atingindo a sua amplitude no final da segunda década do século XXI, e este livro foi produzido no começo da mesma década, e as imagens também foram retiradas antes do conhecimento público dessas mudanças, portanto, torna comum encontrar a utilização dessa palavra no livro.

Figura 5. Tribo Indígena Xavante



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Associação Indígena Xavante (2012)

Figura 6. Aldeia Demini do povo Yanomami

Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Marcos Wesley (2012)

Podemos perceber na figura número 5, estes povos indígenas estão sendo representados em um dos rituais realizados durante as suas cerimônias do povo Xavante em seu território, trajados de suas vestimentas e pinturas corporais da cor vermelha e de adereços nos pulsos e cabelos, em formato circular.

Enquanto na figura 6 observamos através de uma câmera aérea uma foto da aldeia Demini do povo Yanomami, como aponta os autores, com as suas construções caracterizadas por suas estruturas circulares e os locais onde realizam seus rituais.

Em um dos seus trabalhos apresentados no Congresso Nacional de Qualidade na Educação, com foco na temática escolar indígena, Freire destaca como a escola passa a ser vista, na perspectiva dos indígenas, apresentando lendas e mitos desses povos em relação à escola, isto é, sobre a visão das crianças diante dessa construção colonizadora responsável por moldar e formular pensamentos (Freire, 2002).

Para Freire:

Todos esses discursos formulados pelos índios, míticos ou não, acabam representando a escola como “devoradora” não apenas da identidade étnica, mas da própria identidade nacional, uma vez que ela oculta as matrizes formadoras desta última e falsifica sua procedência. No caso do mito andino, com a promessa de contar-lhes a verdade sobre seus pais e sobre suas origens, a escola atrai os que estão em busca dessa informação, mas o que faz, na realidade, é criar uma armadilha para apagar a memória e organizar o esquecimento coletivo de forma planejada. Dessa maneira, exerce um controle quase absoluto sobre a memória, utilizando a escrita como instrumento para legitimar os enganos sobre o passado, a genealogia, os ancestrais, as raízes culturais, enfim, a própria identidade (Freire, 2002, p.94-95).

Com esta passagem podemos identificar como esse processo de tentativa de representar os povos indígenas e seus territórios através de uma ótica indígena pode ser considerado um trabalho árduo e delicado, tendo em vista que estamos nos referindo à diversos povos que foram torturados, assassinados e marcados eternamente pela presença dos colonizadores nesta região, e como essas consequências estão presentes no receio dos povos indígenas em frente às escolas e como esses livros didáticos podem ter a capacidade de representar as suas culturas.

Nota-se que essas imagens foram selecionadas, como já deixaram claro os autores, com o intuito de realizar uma conexão entre passado e presente, apresentando pela primeira vez no decorrer do livro imagens desses povos, ressaltando que, apesar de utilizar um termo colonial como “tribo” na primeira imagem, na segunda já se refere à estas localidades como aldeia, demonstrando um conflito entre as nomenclaturas (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Graças a esses procedimentos realizados pelos povos indígenas, estes territórios se tornaram ricos em nutrientes, facilitando o processo de sobrevivência naquele período, porém também se tornaram fundamentais para os arqueólogos que foram capazes de encontrar nesses territórios diversos artefatos, sepultamentos e cerâmicas, que proporcionaram novos estudos para se conhecer um pouco mais sobre os povos que ali habitavam (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Segundo os autores, esses solos também são responsáveis por provocar uma alta procura por parte dos agricultores nos dias atuais, justamente pelas suas propriedades férteis, porém é de pouco conhecimento popular que esses territórios e os seus solos foram modificados há centenas de anos, pelos primeiros povos que ali povoaram e transformaram aquele solo (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 7. Fragmentos de Cerâmica

Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Maurício Paiva (2012)

Na figura número 7 podemos encontrar diversos fragmentos de cerâmica e de restos de objetos de pedra lascada e polida, provenientes provavelmente dos povos que habitaram aquela região há milhares de anos atrás, e possivelmente eram utilizados em seus rituais religiosos (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Além disto, podemos observar mais uma vez os povos indígenas sendo representados através das imagens, sentados e apresentando os fragmentos de seus antepassados que podem ser encontrados em seus territórios, demonstrando que existia desde muitas gerações em sua cultura a manufatura de objetos para utilização cotidiana.

Nos momentos finais desse capítulo, os autores discorrem sobre a localização das terras pretas de índio que ainda existem, sobre as mais antigas, e sobre as cidades mais famosas do nosso estado que estão construídas em cima desses territórios, permitindo que o aluno possa enxergar na sua realidade ou se interesse em saber mais sobre esses territórios.

No capítulo 3, “*As Matas Culturais*”, o autor apresenta a definição desse conceito, e principalmente deixar claro para o aluno a diferença entre as matas (ou paisagens) culturais e as matas (ou paisagens) naturais, este capítulo é dividido entre 6 subitens, “O olhar humano sobre a floresta”, “A paisagem natural da floresta”, “A paisagem cultural da floresta”, “O manejo e a formação de Matas Culturais”, “Algumas paisagens culturais na floresta”, “O manejo florestal entre alguns povos indígenas” e “A importância atual das Matas Culturais”.

Segundos os autores essas matas culturais se originavam do processo de:

A transformação do ambiente natural em ambiente cultural, ou seja, de uma paisagem natural em uma paisagem cultural, ocorre para atender as necessidades de sobrevivência, tais como alimentação, moradia, vestuário e produção de remédios que os grupos humanos tinham (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.38).

Através da socialização desses conceitos e da exemplificação em que os autores deixam clara essas diferenças, e principalmente ressaltam os responsáveis por tais transformações, isto é, os povos indígenas, que de forma proposital ou involuntária alteravam o seu meio sem prejudicar diretamente a natureza, e para auxiliar utilizaram de imagens, como podemos observar a seguir (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 8. Manejo florestal indígena



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Beto Ricardo (2012)

A figura número 8 nos ajuda a identificar de que forma este determinado povo indígena (que não é identificado no livro) ainda utiliza esses territórios para cultivar alimentos para a sua sustentação, e como eles trabalham para manter e desenvolver diversos tipos de plantações para o benefício das suas aldeias.

Podemos perceber através dessa representação na figura que esses povos utilizam de vestimentas consideradas não tradicionais dos povos indígenas, fugindo do estereótipo de que os indígenas ainda se trajam da mesma forma que seus antepassados utilizavam há centenas de anos atrás, mas ao mesmo tempo apresenta alguns instrumentos da sua cultura, como estes recipientes em suas costas, feitos de palha.

Porém os povos indígenas não foram os únicos a realizarem esses processos de criação de matas culturais, como indica os próprios autores, a presença dos povos ribeirinhos nos últimos séculos também foi capaz de se beneficiar e tirar os seus sustentos e permitir sua própria sobrevivência nesses ambientes, interferindo no meio de forma consciente ou inconsciente (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 9. Paisagem amazônica cultural



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Luís Otávio Airoza (2012)

Como podemos observar na figura 9, existem diversas formas de contatos entre as culturas ribeirinhas e as culturas indígenas, de forma direta ou indireta, mas em especial nessas regiões a troca de saberes possibilita a utilização da natureza como local de moradia e sobrevivência de grupos não indígenas graças a esses conhecimentos.

Porém, cabe ressaltar que os povos indígenas, durante vários séculos antes da chegada dos europeus, já estavam ocupando e provocando o surgimento dessas matas culturais, como aponta o autor indígena Daniel Munduruku, os povos indígenas de diversas etnias diferentes reconhecem a presença de seus ancestrais naquelas regiões, e que as suas marcas estão presentes nessas marcas territoriais (Munduruku, 2009).

Em sequência, os autores compartilham diversos tipos de frutas, vegetais e até mesmo novas árvores que resultaram desses processos, mas gostaria de destacar a

atenção desse livro para as ações dos povos Kayapó, que são sinalizados como responsáveis por criar novas matas culturais até os dias atuais, através das heranças dos seus ancestrais (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

No último momento do capítulo, evidencia-se os resquícios e as transformações realizadas que podemos observar hoje em dia, e como essas formas sustentáveis são possíveis de serem realizadas, sem precisar prejudicar a natureza.

No quarto capítulo, de título “Os Sambaquis”, retrata mais um dos sítios arqueológicos encontrados na região amazônica, caracterizados pela sua localização nas praias, rios e lagos, além das suas contribuições para pesquisadores da área.

Este capítulo está organizado em 5 subitens: “A origem dos Sambaquis”, “A localização de alguns Sambaquis”, “O Sambaqui de Taperinha”, “O Sambaqui de Bacanga” e “Precisamos preservar e estudar os Sambaquis”.

Para os autores:

Os Sambaquis, entre todas as marcas deixadas pelos povos amazônicos de antes da chegada dos europeus, podem nos fornecer importantes informações sobre os primeiros povos que habitaram a Região Amazônica. Mas, também são as marcas que mais precisam ser preservadas, visto que, já há alguns séculos, estão sendo destruídas para a produção da cal (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.49).

Podemos notar nesse parágrafo que os autores optaram por salientar as possibilidades que estes sítios, quando bem preservados, podem contribuir para os estudos científicos sobre a nossa região e sobre os povos que aqui habitavam, apontando a presença desses povos e a sua influência, além de mesclar esses conhecimentos com a importância da preservação e da educação ambiental.

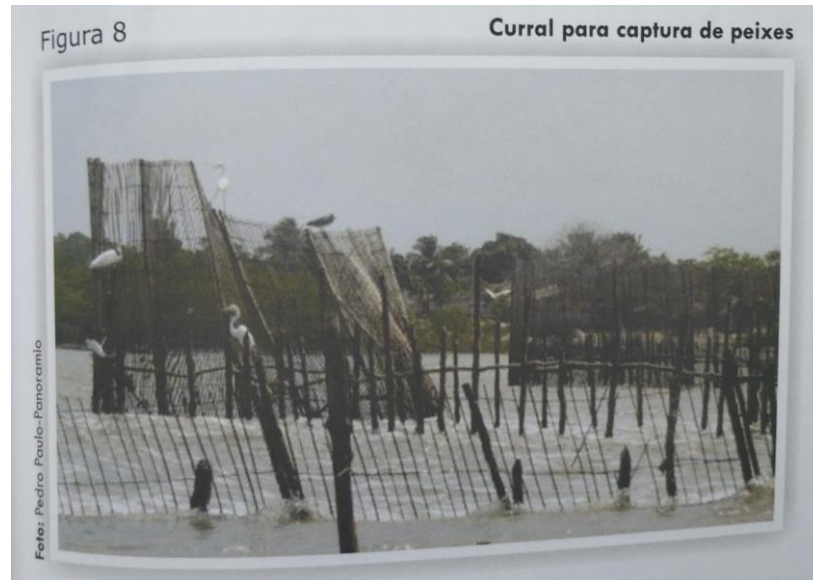
Conforme os autores sobre essa marca cultural:

Os Sambaquis são sítios arqueológicos localizados em regiões de praias, lagos e rios por todo o mundo. Na Região Amazônica, estes sítios eram áreas que serviram como moradia e cemitério para alguns dos seus habitantes antes da chegada dos europeus. São colinas artificiais cujo solo é constituído por resíduos de conchas e terra acumulados durante séculos de presença humana (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.49).

No decorrer do capítulo podemos compreender um pouco sobre os procedimentos de alimentação realizados nestes ambientes, permitindo a permanência de diversos povos por prolongados períodos, como apontam as

pesquisas arqueológicas, esses sítios foram muito utilizados antes da disseminação da agricultura indígena (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 10. Curral para captura de Peixes



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Pedro Paulo-Panoramio (2012)

Bem como podemos observar no decorrer desse capítulo e na figura, essa imagem apresenta, segundo os autores, uma das formas em que determinados grupos indígenas utilizavam de suas técnicas de pesca para conseguir obter os seus alimentos, datando provavelmente um período anterior ao seu contato com a agricultura (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

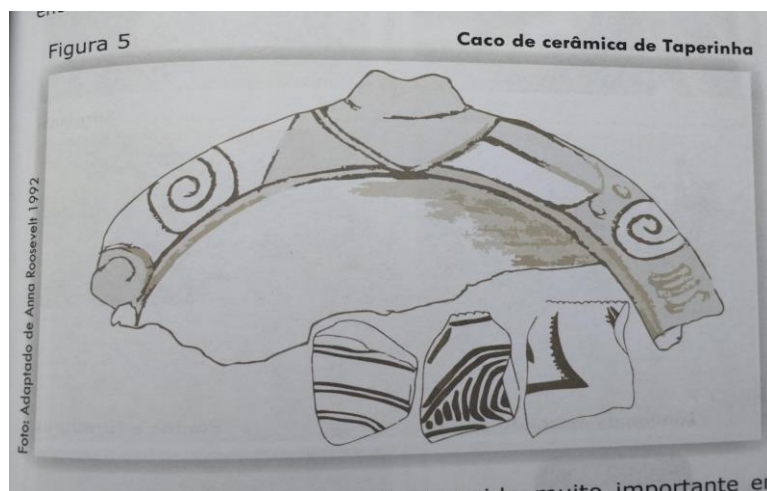
Imagens como está nos ajudam a compreender e desmistificar essa concepção de que os povos indígenas vivam em completa e harmoniosa relação com a natureza, em vista que utilizavam também de técnicas e instrumentos que afetavam diretamente essas regiões e a fauna, como no caso deste curral para captura de peixes, semelhante as redes ou outras técnicas que os pescadores de diversas culturas utilizam até hoje.

Em consoante com Ana Maria Mauad (2015), trabalhar com imagens em livros didáticos em sala de aula requer um preparo especializado por parte do professor para que o aluno possa compreender que aquela imagem não serve para retratar a realidade de forma literal, e sim se trata de uma representação que pode diferir diferentes interpretações.

Por consequência podemos notar no decorrer do capítulo que existe uma grande variedade de imagens selecionadas para serem trabalhadas em sala de aula, entre elas fotografias, desenhos, mapas e ilustrações, exibindo um elevado nível de complexidade à obra, permitindo diversas formas de observar aquele território e a presença dos povos (Mauad, 2015).

Os autores também destacam algumas localidades que fazem parte do nosso cotidiano, como nos litorais do Amapá, Maranhão e Pará, no rio Xingu, Tapajós e em cidades como Santarém e São Luís, nos quais, em especial o Sambaqui de Taperinha, da cidade de Santarém, se trata de um dos mais antigos Sambaquis conhecidos, que apresenta diversos resquícios de civilizações, como a cerâmica (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 11. Caco de cerâmica de Taperinha



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Adaptado de Anna Roosevelt 1992

Conforme Airoza, Mourão e Santana, esta cerâmica permitiu atribuir aproximadamente 8 mil anos de idade a este Sambaqui, tornando-o o Sambaqui mais antigo de todo o continente (Airoza, Mourão, Santana, 2021. p.53).

Concluindo este capítulo, os autores retomam a temática da preservação, alertando sobre as necessidades de atenção a esses sítios históricos, em especial os Sambaqui que são os mais ameaçados, colaborando com a proposta interdisciplinar da disciplina de educação ambiental.

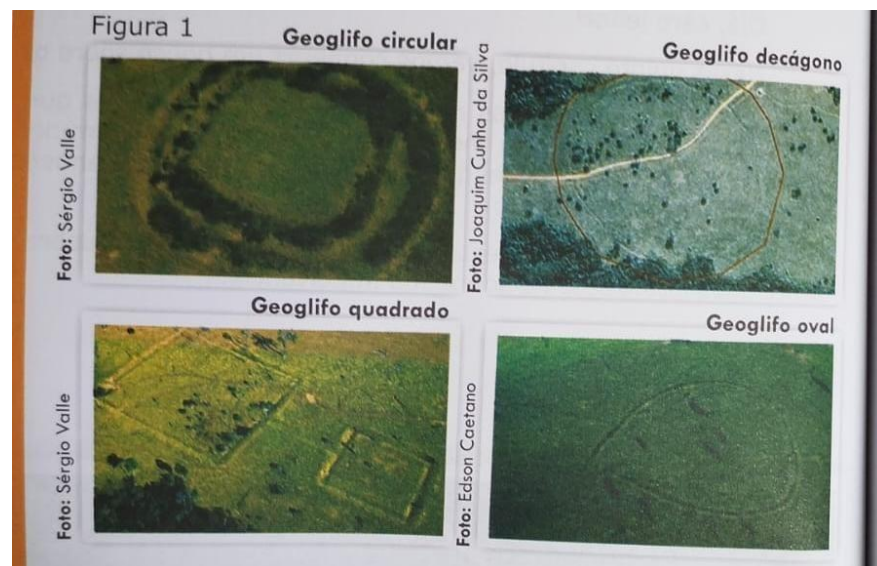
No capítulo de número 5, intitulado “Os Geoglifos”, trata-se de mais um tipo de marca deixada por esses povos originários que habitaram a região há cerca de 1000

a 2500 anos atrás, como sugerem os autores, e o estudo sobre eles nos fornece novas informações sobre esses grupos humanos que se estabeleceram na região.

Este capítulo se encontra dividido entre 6 subitens: “Os formatos e tamanhos dos Geoglifos”, “A origem dos Geoglifos”, “A utilidade dos Geoglifos aos seus criadores”, “Mas como isto seria possível?”, “A localização dos Geoglifos” e “A importância da preservação dos Geoglifos”.

Primeiramente, os autores se dedicaram a explicar sobre o que se trata esses geoglifos, as suas dimensões e as suas utilidades, utilizando de imagens para auxiliar na compreensão das grandiosidades desses sítios geográficos, demonstrando como os povos indígenas que habitavam essas regiões, assim como seus parentes da região da América Central, também foram capazes de realizar grandes modificações com grandes estruturas na região (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 12. Geoglifo Circular/Geoglifo Decágono/Geoglifo Quadrado/Geoglifo Oval



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Sérgio Valle, Joaquim Cunha da Silva e Edson Caetano (2012)

Como podemos notar na figura 12, existiram diversos formatos de geoglifos, que provavelmente atendiam diversos tipos de necessidades, e isso ajuda a demonstrar como diversos grupos étnicos e diversas organizações utilizaram dessas construções para seu benefício próprio na região.

No subitem “A origem dos Geoglifos”, ao descrever as possíveis origens desses marcos, os autores assumem desconhecer que povos foram capazes de realizar tais atos, porém atribui o valor aos povos indígenas ao ressaltar suas

capacidades de desenvolver diversas valas e muretas que permitiram a sobrevivência e permanência de seus povos naquelas regiões, além de produzir diversos instrumentos para exercer determinadas funções, além de cálculos matemáticos, como podemos observar nas imagens a seguir dispostas no livro (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 13. Instrumentos



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Joaquim Silva (2012)

Este tipo de imagem auxilia no fortalecimento da ideia de desconstrução do eurocentrismo, demonstrando que os povos indígenas da nossa região também foram capazes de criar instrumentos e que provavelmente também possuíam sistemas para medir e calcular no seu próprio jeito.

No último subitem, os autores evidenciam mais uma vez a importância da preservação desses espaços, destacando que esses geoglifos são um objeto de estudo recente, datando por volta de 1977 as primeiras pesquisas, além da falta de pesquisa sobre muitos destes marcos foram prejudicados por maquinários pesados e construções de estradas (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

O sexto capítulo, de nome “Os *Megalíticos*”, os autores apresentam outro dos maiores sítios arqueológicos encontrados na região amazônica, localizados no norte do Amapá, apresentam-se como enormes estruturas construídas pelo ser humano, e como apontam os autores, “[...] fornecem-nos importantes informações sobre o

conhecimento que alguns destes grupos humanos possuíam sobre o céu e o ambiente amazônico.” (Airoza, Mouão, Santana, 2021, p.75).

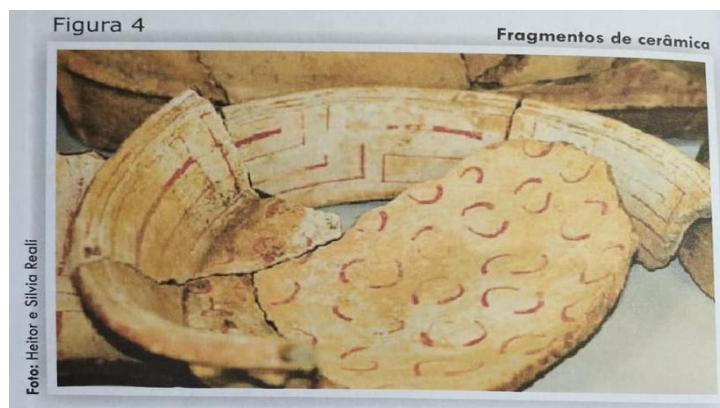
Por sua vez, dividido entre 4 subitens, intitulados “Os formatos e tamanhos dos Megalíticos”, “A localização dos Megalíticos”, “A origem dos Megalíticos e seus povos” e “Os Megalíticos e suas utilidades”.

Assim como os outros sítios, os autores primeiramente se dedicaram a descrever esses espaços, apontar as diferenças e similaridades entre diversos tipos diferentes de megalíticos, a sua localização, porém o que pretendo destacar é o terceiro subitem, que os autores reservaram para descrever a origem dos megalíticos relacionando com os seus povos.

Conforme os autores, não foi possível identificar um povo específico como autor desses megalíticos, apenas que eles possivelmente habitaram aquela região por torno de 1000 anos atrás, e que um considerável quantitativo de pessoas foram necessárias para essas construções, indicando um grande nível de organização, liderança e de acúmulo de conhecimento sobre engenharia, arquitetura e até mesmo astronomia (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Os conhecimentos sobre astronomia podem ser apontados ao realizar a análise dos formatos e das características encontradas nesses objetos, relacionando-os com os rituais religiosos desses povos e seus costumes, conforme os autores: “Nestes, destacavam-se a importância de seus ancestrais, dos animais e dos ciclos da natureza a exemplo dos do sol. Possuíam uma refinada habilidade artística demonstrada na produção de cerâmica.” (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.78).

Figura 14. Fragmentos de cerâmica



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Heitor e Silva Reali (2012)

Na cultura indígena pode-se encontrar as cerâmicas, outro artefato importante dentro da cultura indígena, como os próprios autores salientam, as cerâmicas, presentes em diversos artefatos expostos através das imagens, como podemos ver acima, entre outras que encontramos no livro.

Essas cerâmicas são apresentadas como vestígios de extrema importância para se reconhecer a presença dos povos indígenas nessas regiões, e através da análise dessas peças podemos identificar características pertencentes aos povos que construíram essas cerâmicas, como aponta a arqueóloga Denise Schaan (2008).

Quando se trata das suas utilidades, diversas funções podem ser identificadas, entre elas como um cemitério, e como podemos observar em diversas culturas dos povos indígenas de nossa região, esses cemitérios são extremamente ricos em fontes de conhecimento, através das urnas funerárias ali presentes, diversos rituais e oferendas realizadas (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 15. Urnas funerárias



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Mariana Cabral e João Saldanha (2012)

Como podemos observar:

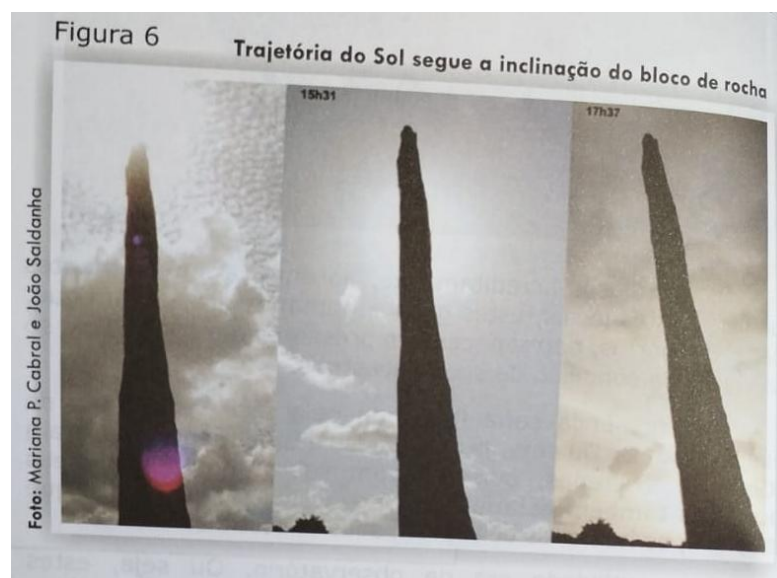
Os estudiosos acreditam que, ao enterrarem seus entes queridos nestes locais, estes grupos humanos pretendiam que, apesar de mortos, permanecessem presentes em suas vidas, só que agora na condição de seus ancestrais (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.79).

Logo, podemos testemunhar mais um sinal de como esses povos respeitavam e cultuavam os seus ancestrais e a sua ancestralidade de diversas formas diferentes,

e que esta cultura conseguiu resistir vários séculos e a invasão realizada pelos povos europeus.

Por último, mas não menos importante, Airoza, Mourão e Santana (2021) destaca mais uma função encontrada nesses megalíticos, o de observatórios, isto é, instrumentos utilizados para observar o sol e identificar horários e os inícios das épocas e chuvas, demonstrando um grande conhecimento por parte desses povos sobre os céus e as chuvas da região.

Figura 16. Trajetória do Sol segue a inclinação do bloco de rocha



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. foto de: Mariana P. Cabral e João Saldanha (2012)

Como podemos notar através desta imagem, estes seriam alguns dos pontos selecionados pelos povos indígenas para estes observatórios, destacados por essas pedras grandes e inclinadas, que conseguiriam atribuir diversas funções.

Entrando no capítulo 7, de título “Os Tesos”, os autores buscam apresentar o último dos sítios arqueológicos presentes aqui neste livro, os Tesos, apontando as suas localizações, as suas características e principalmente informações sobre os grupos humanos que ali habitavam, e como estes conseguiam exercer algum tipo de controle sobre os rios e as águas daquele ambiente.

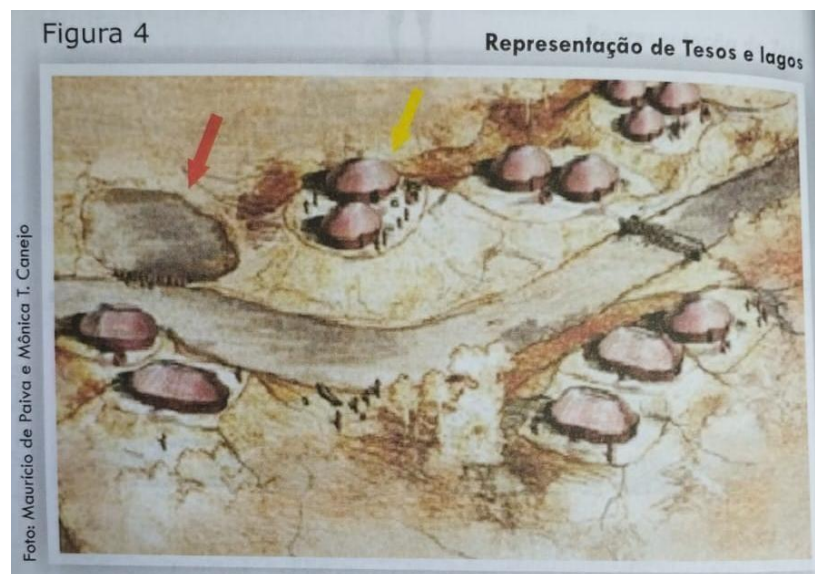
Este capítulo é dividido entre 3 subitens, denominados “A origem dos Tesos”, “A localização dos Tesos” e “As utilidades e os tipos de tesos”.

Como aponta os autores:

Os Tesos são aterros artificiais que foram construídos por grupos humanos que habitaram a Ilha do Marajó antes da chegada dos europeus. Estes Tesos, sobre os quais eram construídas suas habitações, permitiam-lhes permanecer fora do alcance das águas durante o período de cheias que ocorrem na região dos campos alagáveis da ilha (Airoza, Mourão, Santana, 2021, p.90).

Esses Tesos, localizados na Ilha do Marajó e construídos por volta de 3.500 a 3.000 anos atrás, nos permite conhecer um pouco mais sobre de que forma viviam os povos nessas regiões que até hoje sofrem com problemas de inundações e secas, e como os povos indígenas desse período foram capazes de utilizar os Tesos para construir suas moradias e residirem por longos períodos (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 17. Representação de Tesos e lagos



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Maurício de Paiva e Mônica T. Canejo (2012)

Como podemos observar nesta imagem, temos um desenho de o que seria aproximadamente essa localização, com a presença de um lago, de diversas moradias dos povos indígenas, sendo indicado pela seta vermelha um dos lagos e a seta amarela o próprio teso.

Se tratando de mais uma ferramenta para facilitar ou garantir a sua sobrevivência, observamos mais uma vez como estes povos estão sendo representados através dos seus feitos, desconstruindo a imagem de povos indefesos e incapazes de desenvolver técnicas para seu benefício próprio.

Uma das características que diferenciavam os Tesos entre si e entre os outros sítios arqueológicos é o fato de estudos apontarem que existiam Tesos especiais para povos de “elite” e outros para pessoas “comuns”, demonstrando algum tipo de hierarquia entre os povos que habitavam nessa região (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Após descrever as principais diferenças entre os Tesos “especiais” e os “comuns”, os autores também salientam a presença de estruturas domésticas e funerárias, com diversas cerâmicas mais sofisticadas do que as encontradas nos comuns, além da riqueza de detalhes nas cerâmicas, como podemos observar nas imagens a seguir (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 18 / Figura 19. Representações de Cerâmica Marajoara / Cerâmica Marajoara



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Desenho de: Bárbara Felipe Rovigatti / Foto de: Cristina Barreto (2012)

E mais uma vez reforçando como os papéis sociais podem ser identificados através desses Tesos, os autores ressaltam “Esses Tesos, geralmente estavam mais próximos dos lagos, o que faz os estudiosos acreditarem que a elite exercia um controle sobre o manejo dos recursos” (Airoza, Mourão, Santana, p.94).

Os Tesos, os Geoglifos e os Megalíticos são provas palpáveis das capacidades desses povos de realizar grandes feitos, entrando em colisão direta com essa visão classicista dos povos indígenas como ferozes e incapazes de se organizar, uma imagem que está muito impregnada no próprio imaginário amazônico, como indica

Daniel Munduruku em seu livro *o Banquete dos Deuses*, ao compartilhar suas experiências relacionadas aos jovens (Munduruku, 2009).

Munduruku relata em seu livro que foi através de uma série de conversas com uma criança de 9 anos que pode perceber como os jovens, mesmo os que têm um contato próximo com a natureza e com as comunidades indígenas, podem ter o seu imaginário afetado e devido a ideologia presente em alguns livros didáticos, construir essa visão do indígena selvagem e feroz, perigoso e improdutivo (Munduruku, 2009).

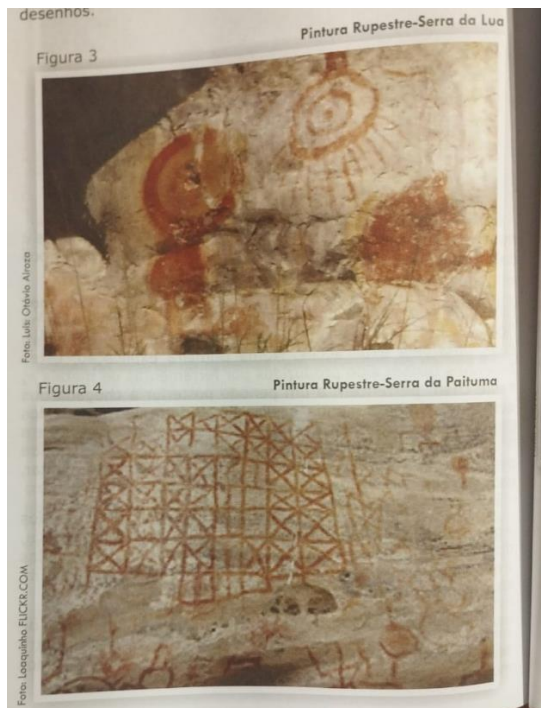
No último capítulo do livro, número 8, tem como nome “*Arte Rupestre*”, e diferentemente da maioria dos capítulos deste livro, não se trata de sítios arqueológicos, mas de outra marca deixada pelos povos originários nesta região, que também se trata de fontes históricas importantes para os estudos da área.

Este capítulo, assim como os seus antecessores, também está dividido em subitens, no total de 4, sendo estes: “As origens e características da Arte Rupestre”, “A localização da Arte Rupestre”, “O significado e a importância da Arte Rupestre” e “A Arte Rupestre está em perigo”.

Como podemos perceber pelos títulos dos subitens, primeiramente os autores se dedicaram a explorar as origens, as características e a localização dessas artes rupestres, destacando a presença deles em muitos dos sítios arqueológicos já trabalhados no livro, porém em especial se pode reconhecer através dessas pinturas a presença de povos originários por volta de onze mil anos atrás, geralmente no interior de cavernas ou em rochas ao ar livre.

Alguns dos maiores locus dessas artes encontram-se no estado do Pará, e muitas também podem ser encontradas em reservas indígenas, e o possuem um grande significado para estes povos, por serem responsáveis por transmitir informações culturais e sociais desses povos por gerações, além de servirem como demarcação territorial (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

Figura 20 / Figura 21. Pintura Rupestre-Serra da Lua / Pintura Rupestre-Serra da Paituma



Fonte: Livro “As Marcas da Amazônia Antiga”. Foto de: Loaquinho FLICKR.COM / Foto de: Luis Otávio Airoza (2012)

Observando as imagens 20 e 21, podemos contemplar alguns exemplos de artes rupestres presentes na gruta da Pedra Pintada e na Pedra do Pilão, representando alguns exemplares da arte dos povos que ali habitavam.

Em concordância com o livro e com o autor Daniel Munduruku em seu livro *Coisas de Índio*, se torna fundamental ressaltar que essas artes possuíam um rico significado, pois como aponta Munduruku não existe uma diferença entre arte e objetos de utilização diária, tudo que era produzido por esses povos, apesar das suas belezas estéticas, existia funções, no caso das artes rupestres, a responsabilidade de gravar e transmitir informações sociais e culturais para o povo (Munduruku, 2021).

Nos momentos finais, os autores reservam para reforçar a necessidade da preservação, logo que essas artes são ameaçadas não apenas pela ação humana, mas por fatores naturais também, como fungos, cupins e deslizamentos naturais (Airoza, Mourão, Santana, 2021).

4.4 Atividades

Como citado anteriormente, todos os capítulos desses livros são finalizados com a presença de atividades para serem realizadas pelos alunos, cabendo ao

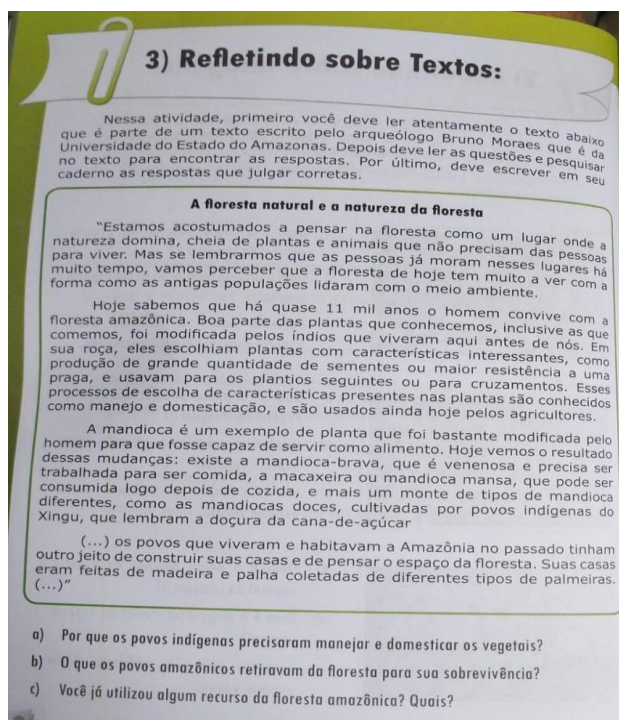
professor a metodologia para utilizá-las, porém existe um formato padrão para todas elas, sem exceções, iniciando-se com um resumo sobre o conteúdo daquele capítulo seguido das atividades que são divididas em 4 momentos, “Discutindo o Capítulo”, “Refletindo sobre Imagens”, “Refletindo sobre os Textos” e “Refletindo sobre o Presente”.

Em “Discutindo o Capítulo”, os autores convidam os leitores a realizar uma releitura do capítulo, com o intuito de responder diversas questões ali colocadas, onde, como orientado no comando principal, podemos encontrar todas as respostas no corpo textual do capítulo.

Nas atividades “Refletindo sobre Imagens”, o exercício se baseia em destacar determinadas imagens selecionadas do capítulo e provocar os leitores a realizar uma análise sobre elas, normalmente realizando uma atividade comparativa, e acompanhados sempre de três perguntas diferentes.

Na sequência, os terceiros exercícios, chamados de “Refletindo sobre os Textos”, proporcionam ao aluno textos complementares, retirados de outros livros e artigos, relacionados a pesquisas e trabalhos sobre a temática daquele capítulo, e posteriormente responder três questões sobre aquele assunto tratado no texto.

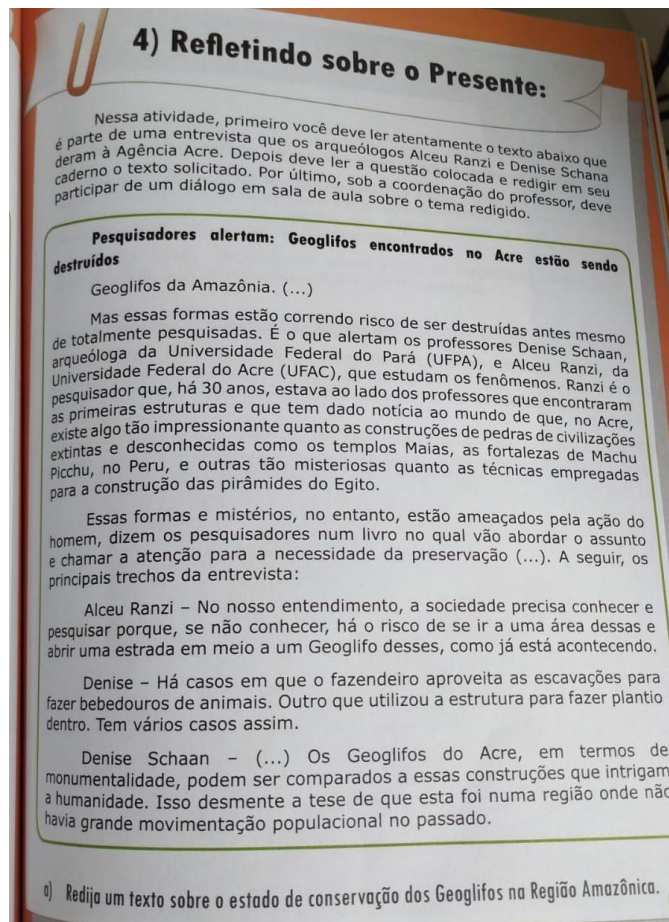
Figura 22. Refletindo sobre Textos do livro *As Marcas da Amazônia Antiga*



Fonte: Acervo dos autores, retirado do Livro “*As Marcas da Amazônia Antiga*”.

O último exercício das atividades se denomina “Refletindo sobre o Presente”, e como o próprio nome indica, os alunos são provocados a ler um texto de livro ou artigo retirado de outra fonte sobre aquela temática, e sob coordenação do professor, realizar um diálogo em sala de aula com os outros alunos sobre aquele tema, além de redigir um texto sobre determinado assunto.

Figura 23. Refletindo sobre o Presente do livro *As Marcas da Amazônia Antiga* (2012)



Fonte: Acervo dos autores, retirado do Livro “*As Marcas da Amazônia Antiga*” (2012)

Através da observação desses exercícios, consideramos que, apesar dos avanços encontrados e da dedicação por parte dos autores em encontrar textos e informações de especialistas na temática, as perguntas formuladas aos alunos ainda precisam de uma atenção especial.

Ao se realizar perguntas amplas e generalizando novamente os povos indígenas ou povos amazônicos, corremos mais uma vez o risco da história única e de perpetuar o imaginário sobre esses povos, portanto essas perguntas precisam

buscar provocar ao aluno o reconhecimento desses povos em suas singularidades, assim como suas contribuições e necessidades.

“É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa sem parar, e é isso que esse povo se torna” (2019, p.22) como podemos observar nas palavras de Chimamanda Adiche, se não for tomado o cuidado necessário durante essas produções, podemos cometer o equívoco de se perpetuar essa história única.

Conforme a autora indígena Linda Tuhiwai Smith:

A expressão “povos indígenas” é relativamente nova. Surgiu na década de 1970, durante as primeiras lutas do Movimento dos Índios Americanos (AIM) e da Irmandade dos Índios Canadenses. Trata-se de uma expressão que internacionaliza as experiências, as questões e as lutas de alguns povos do mundo colonizado. O “s” final em “povos indígenas” tem sido defendido com bastante vigor por ativistas, devido ao direito desses povos à autodeterminação. Ele é também usado como um modo de reconhecer que existem reais diferenças entre povos indígenas distintos [...] (Smith, 2021, p.18).

A luta pelo reconhecimento dos diversos povos e contra a ideia colonizada de que existe um termo único para generalizar todos os indígenas está presente no cotidiano desses povos há várias décadas, e como aponta Smith essas novas nomenclaturas auxiliam no processo de dar voz à diversos etnias que são silenciadas e marginalizadas politicamente.

“A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais, ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes das outras no Brasil” em acorde com Ailton Krenak, essas etnias no cenário amazônico estão em confronto direto com o homem branco para reformular esses conceitos sobre os povos locais e como os mesmos estão sendo tratados nos livros (Krenak, 2000, p.31).

Essa visualização, a partir da ótica de um dos representantes mais referenciados das comunidades indígenas, nos ajuda a perceber a necessidade dessa visão crítica e de trazer esses novos olhares sobre o indígena e sobre a região amazônica, através dessa interdisciplinaridade que os autores buscaram aplicar em seu livro didático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate aqui proposto foi realizado com a finalidade de se compreender de que forma os povos indígenas estão sendo representados através dos livros didáticos das disciplinas regionais, por meio da análise do livro didático de estudos Amazônicos “*As Marcas da Amazônia Antiga*”, uma das principais ferramentas pedagógicas responsáveis por socializar os conhecimentos das culturas locais com os alunos das escolas da região do Pará.

A partir deste momento gostaria de ressaltar a escolha do título do trabalho, na qual optei por adicionar um ponto de interrogação em conjunto ao título do livro, isto se dá pelo fato de me questionar o porquê da seleção deste nome para o livro por parte dos autores.

Podemos perceber que a escolha do termo antigo remete ao termo antiguidade, muito utilizado pelos historiadores principalmente para se referir à períodos de diversos séculos atrás, ou até mesmo para caracterizar comunidades ou culturas mais “primitivas”, ou até mesmo um espaço de tempo que anteceda a historiografia documental, que por muito tempo era considerada uma história única.

Destarte, surge a problemática em torno desse título, que deixa em aberto a interpretação de que essas etnias e culturas ali presentes estariam presas no “antigo”, e por isso optei em inserir o ponto de interrogação, pois durante a leitura do conteúdo presente no livro, encontramos diversos indicadores de que essas marcas, mesmo que históricas, dialogam diretamente com o presente e com a nossa sociedade.

Por isto, segundo a autora Adichie (2019), se torna necessário este olhar crítico constante sobre os nossos trabalhos envolvendo esta temática, e o título deste livro se torna um exemplo claro, que apesar de estar prestando um serviço para o reconhecimento da nossa história regional, apresenta alguns pontos que podem ser debatidos e desconstruídos.

Logo a pesquisa possibilitou verificar quais os discursos estavam sendo selecionados e utilizados pelos autores deste livro, no contexto social no qual foi produzido, e quais as ferramentas escolhidas para auxiliar no processo de socialização desses conhecimentos.

Através dessas análises fomos capazes de visualizar que os autores objetivaram por trabalhar com a questão da interdisciplinaridade durante toda a produção do texto, isto se torna claro na escolha das temáticas a serem trabalhadas,

e nos capítulos que tratam da história dos povos que transitaram em nossas regiões, dos territórios e marcas deixadas por diferentes grupos e as importâncias da fauna e flora dos locais.

Podemos perceber de primeira mão, apenas com a leitura do sumário do livro, qual o caminho selecionado pelos autores para introduzir essas discussões com os alunos, isto é, através dos sítios arqueológicos e das conexões entre o passado e o presente, compreender como a presença desses povos na nossa cultura está mais presente do que se possa imaginar, através da história, geografia e diversas outras áreas.

Em diversas passagens do livro, notamos como os autores buscaram através da interdisciplinaridade desmistificar a visão popular de que os povos indígenas não contribuíram para a atualidade, podemos ver isso principalmente quando o autor detalha a Terra Preta de Índio e as Matas Culturais, demonstrando através dos discursos e das imagens as marcas deixadas por esses povos.

Além dessa preocupação social e histórica, testemunhamos um alto nível de comprometimento com a educação ambiental, em todos os capítulos do livro podemos encontrar passagens e até mesmo subtítulos dedicados à educação ambiental, a conservação e manutenção da natureza e dos marcos dos sítios arqueológicos.

Porém percebemos uma ausência de um mapeamento desses povos indígenas e das regiões nas quais habitam atualmente, deixando em aberto espaços para melhorias em termos de reconhecimento desses territórios.

Outra característica fundamental encontrada durante a análise foi uma certa diversidade de nomenclaturas utilizadas para se tratar dos povos indígenas, a apresentação de alguns dos grupos étnicos que habitam o nosso país até os dias atuais e os nomes utilizados para descrever os seus territórios, porém, percebe-se que uma atenção extra poderia ser tomada, com a intenção de apresentar a pluralidade de povos e marcas culturais diferentes da região, buscando com mais afinco identificar cada grupo apresentado.

Podemos observar momentos nos quais são chamados de indígenas, índios, grupos humanos, primeiros povos, povos amazônicos ou até simplesmente povos, especificando apenas em poucas passagens e imagens, como o caso dos povos Xavante, os Yanomami, os Tapajós e os Marajoaras.

Entretanto, apesar do esforço dos autores, ainda percebemos em diversas passagens que muitos termos são utilizados no “singular”, como Amazônia, cultura, indígena, isto é, não se reconhecendo as pluralidades ali presentes, as diversas amazonias, culturas e etnias dos povos, e isto pode resultar na reprodução do discurso classicista sobre a nossa região.

As imagens selecionadas para este livro também foram fundamentais para se reconhecer as artes dos povos originários, os seus instrumentos do cotidiano, e as ferramentas utilizadas para sobreviver em locais que exigiam adaptações ou até mesmo artifícios para utilização de matemática e astronomia.

Outra problemática encontrada no decorrer da análise do objeto foi a falta de profundidade no decorrer dos capítulos, isto é, ao descrever esses marcos culturais e a região amazônica, por diversas vezes podemos sentir a ausência de detalhes importantes para se reconhecer essas culturas e a sua relação com suas realizações.

Logo podemos perceber que diversos avanços foram conquistados sobre a forma como os povos indígenas estão sendo representados nos nossos livros didáticos, mas há também diversos obstáculos a serem enfrentados, abrindo assim um leque de possibilidades para novos avanços relacionados ao aprimoramento dessas ferramentas pedagógicas que são utilizadas pelos professores no seu cotidiano em sala de aula.

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Suelene Santana. **O Livreiro Raimundo Jinkings: a venda de livros e a divulgação do Comunismo no período da Ditadura Militar em Belém – PA.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- BARROS, José Costa D'Assunção. **História, região e espacialidade.** Revista de História Regional, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- BETTINE, Marco, & SANCHEZ, Livia Pizauro (2017). **ANÁLISE HISTÓRICA DAS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FORMAL DOS NEGROS NO BRASIL.** Educação Em Revista, 18(1), 93–108. <https://doi.org/10.36311/2236->
- BEZERRA, Hollien Gonçalves. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas.** Organização Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães.- Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017. Cap.3
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** Tese (Doutorado)- FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BRASIL, Decreto-Lei Nº93 de 21 de Dezembro de 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro.** Disponível em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>> Acesso em: 10 de Out. de 2023.
- BRASIL, Ministério da educação. **Educação para todos.** 1985, p.32. <Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5>> Acesso em: 27/11/2023
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. **Identidade fraturada: O desmemoriamento da "Adesão do Pará" no ensino de história.** História & Ensino, Londrina, v. 7, n. 1, ja./jun. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13414>. Acesso em: 20/09/2021
- BRIOSO, Antonia Maria Rodrigues. **Projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira da EA-UFPA: Uma Didática da História em interface com a pedagogia Decolonial.** Dissertação (Mestrado em ensino de História) – Programa de mestrado profissional em ensino de história, Universidade Federal do Pará, 2018.
- CANDAU, Vera Maria. **DIFERENÇAS, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIALIDADE: temas insurgentes.** Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-

1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CHARTIER, Roger. **Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna**. Madrid : Alianza Editorial, 1993.

_____. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. **O Historiador e o Livro Escolar**. In: Revista História da Educação. ASPHE/ UFPEL. Pelotas. V. 6; no 11. Abril, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio, GOES, Moacyr de. **O golpe da educação**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

DARNTON, Robert. **“O que é a história do livro?” revisitado**. ArtCultura. Uberlândia, v.10, n. 16, p. 155-169, jan.-jun. 2008.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Companhia de Bolso).

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A.; RODRIGUES, Denise Simões. **A Pesquisa Documental Sócio-Histórica**. In: MARCONDES, Maria Inês. TEIXEIRA, Elizabete; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. (orgs). Metodologias de Pesquisa em Educação. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-73.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A imagem do índio e o mito da escola**. In MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- Formação de Professores: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002.

Histórico IHGP, 2015. Disponível em <
<https://ihgp.net.br/principal/index.php/institucional/historico#:~:text=Diz%20respeito%20ao%20momento%20de,por%20Jos%C3%A9%20Paes%20de%20Carvalho> >
 Acesso em: 10 de Out. de 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2º edição. São. Paulo. Companhia das Letras, 05/07/2019.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira; CARIE, Nayara Silva de. **Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena**. In:Educação em Revista, v.29, n.03, p. 41-62, set. 2013.

LINHARES, Anna Maria Alves. **Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

MAUAD, Brasil, Ana Maria. (2015). **Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar - Uses and functions of public photograph in school history knowledge.** *Revista História Da Educação*, 19(47), 81–108. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/47244>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: 21ª Edição. p.21-22. Editora Vozes, 2001.

MOURÃO, Leila; AIROZA, Luis Otávio Viana; SANTANA, Stela Rodrigues. **A Disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e o ensino fundamental em escolas públicas paraenses. Anais do 3º Workshop Internacional de História do Ambiente: História do Ambiente e Educação Ambiental.** Florianópolis-SC, 26 a 29 de novembro de 2013.

MUNAKATA, Kazumi. **História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil.** In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria.** Dossiê "Manuais Escolares: Múltiplas Facetas de um Objeto Cultural". *Pro-Posições* 23 (3). Dez 2012 <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300004>

MUNDURUKU, Daniel. **Coisa de índio: versão infantil.** 3º Ed. rev. Atual. – São Paulo: Callis, 2019

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira.** Coleção Jovem século 21. Editora Angra, 2000. Universidade de Indiana. 12 set. 2008. ISBN: 8585969156,9788585969158. 126 páginas.

NETO, Geraldo Magella de Menezes. **Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”:** os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI) / Geraldo Magella de Menezes Neto. — 2020.467 f. : il. color.

ORLANDI, Eni Puccinelli. 1942. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

RODRIGUES, Denise Simões; FRANCA, Maria do Perpetuo Socorro Avelino Gomes de. **A Pesquisa Documental Sócio-histórica.** IN. MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth. *Metodologia e Técnica de pesquisa em Educação/Organizadoras.* Belém: EDUEPA, 2010.

SABINO, Geruza; CALBINO, Daniel; & LIMA, Izabel. (2022). **A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios.** *Linhas Críticas*, 28, e40739. <https://doi.org/10.26512/lc28202240739>

SCHAAN, Denise Pahl. A Arte da Cerâmica Marajoara: encontros entre o passado e o presente. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 5, n. 1, p. 99–117, 2008. DOI: 10.18224/hab.v5.1.2007.99-117. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/380>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**.p.122 São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Organização Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães.- Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017. Cap.5

SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 239 pp.

SOARES, Magda Becker. **Um olhar sobre o Livro Didático. Presença Pedagógica**. Belo Horizonte. 2. (12) Nov./Dez/1996.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA

